



19 DE MARÇO DE 2018

Segunda-feira

- IMPORTADOS VOLTAM A GANHAR PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DOMÉSTICO EM 2017
- EMPRESÁRIOS TROCAM O BRASIL PELO PARAGUAI
- INDÚSTRIA FAZ PARTE DA SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA ÁGUA, DIZ CNI
- EMPRESA DE ROBÔS INVESTIDORES RECEBE R\$ 5,2 MILHÕES DE FUNDO
- ARTIGO: SE A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL É A RESPOSTA, CIBERSEGURANÇA É A PERGUNTA
- COM USO DE NOVAS TECNOLOGIAS, VAREJO RASTREIA E MONITORA OS CONSUMIDORES
- HYDRO COLOCA 600 EM FÉRIAS COLETIVAS
- TOTAL DE ACIDENTES DE TRABALHO NO PAÍS OCULTA REALIDADE
- ARTIGO: INVESTIMENTO COM IMPACTO SOCIAL AINDA É EMBRIONÁRIO NO BRASIL
- COM AUMENTO DE PRODUTIVIDADE, PORTO DE PARANAGUÁ COMEMORA 83 ANOS
- COMPANHIAS BRASILEIRAS BUSCAM OUTROS MERCADOS
- BANCO MUNDIAL DEFENDE ABERTURA COMERCIAL DO BRASIL NO MÉDIO PRAZO
- BRASIL CONSOLIDA LIDERANÇA GLOBAL COM FUSÃO ENTRE FIBRIA E SUZANO
- EMPRESAS DIZEM QUE PROGRAMA DO REFIS AJUDA A PÔR FIM A DISPUTAS
- CRÍPTOMOEDAS AINDA NÃO SÃO RISCO PARA SISTEMA FINANCEIRO, DIZ CONSELHO
- ECONOMIA BRASILEIRA ENCOLHE 0,56% EM JANEIRO, INDICA O BC, MENOS QUE O ESPERADO
- MAIS DE 60% DOS BRASILEIROS GASTARAM MAIS DO QUE GANHARAM EM 2017, DIZ PESQUISA
- SERVIÇOS OPERAM 12,4% ABAIXO DO PICO REGISTRADO EM NOVEMBRO DE 2014, DIZ IBGE
- ARTIGO: POUPANÇA E ESCOLHA
- FOCUS-MERCADO CORROBORA APOSTA DE CORTE DE 0,25 P.P. DA SELIC, A 6,50%, NESTA SEMANA

- IGP-M ACELERA ALTA A 0,59% NA 2ª PRÉVIA DE MARÇO COM SALTO NO PREÇO DE ALIMENTOS NO ATACADO
- CÂMBIO PARA FIM DE 2018 SEGUE EM R\$ 3,30, APONTA FOCUS
- ATIVIDADE ECONÔMICA CAI 0,56% EM JANEIRO
- LEÃO MORDE O RESGATE DO PGBL
- CONTA DE LUZ PODE SUBIR MAIS DE 20% E TER PESO EXTRA NO BOLSO DO CONSUMIDOR
- 'SERÁ UMA EXPLOSÃO TARIFÁRIA', PREVÊ ABRACE
- SÓ 0,027% DOS CONSUMIDORES APTOS ADERIRAM À TARIFA BRANCA NO PRIMEIRO MÊS DE VIGÊNCIA
- MERCADO PREVÊ IBC-BR NEGATIVO EM JANEIRO
- ANALISTAS ESPERAM QUE A BOLSA RENDA QUASE 4 VEZES MAIS QUE A RENDA FIXA EM 2018
- CMN DEFINE QUE TJLP NÃO PODE SER USADA EM NOVOS CONTRATOS
- STJ SUSPENDE AÇÕES DE POUPADORES ATÉ IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ADESÃO A ACORDO
- TEMA DE MAIOR RELEVÂNCIA HOJE NO G-20 É O MERCADO INTERNACIONAL, DIZ MEIRELLES
- AINDA NÃO HÁ GUERRA COMERCIAL, MAS AMBIENTE PREOCUPA, AFIRMA GERENTE DO BID
- EQUIPAMENTOS AJUDAM A EVITAR ACIDENTES DE CARRO
- GOVERNO DOS EUA CRIA REQUISITOS DUROS PARA POUPAR AÇO DE SOBRETAXA
- NORSK HYDRO DIZ QUE MAIS VAZAMENTOS FORAM ENCONTRADOS NA FÁBRICA DE ALUMINA DO BRASIL

CÂMBIO		
EM 19/03/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,288	3,289
Euro	4,053	4,055

Fonte: BACEN

Importados voltam a ganhar participação no mercado doméstico em 2017

19/03/2018 – Fonte: CNI

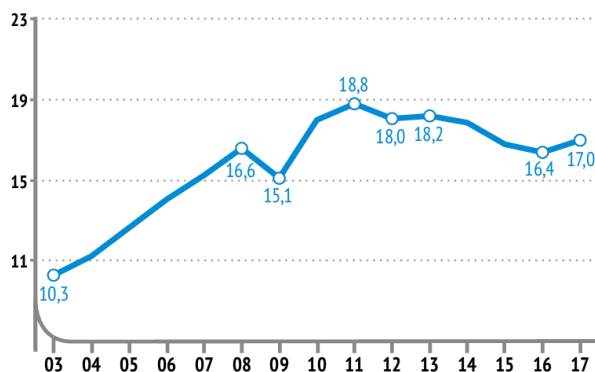
Em 2017, o coeficiente de exportação da indústria de transformação interrompe tendência de crescimento observada desde 2015, e o coeficiente de penetração das importações volta a crescer, após registrar queda por três anos consecutivos.

A recuperação da demanda doméstica, com destaque para a melhora do consumo das famílias, e a apreciação do real contribuem para a mudança de trajetória dos coeficientes.

Número 01 - 2018

Coeficiente de penetração de importações a preços constantes

Indústria de transformação
Em %



Empresários trocam o Brasil pelo Paraguai

19/03/2018 – Fonte: EM.com



O jovem empresário paulista Alex Ferreira, de 38 anos, é dono da Solo Cegonhas, empresa especializada na compra e venda de cegonheiras usadas. Há pelo menos dois anos ele tem uma ideia fixa: montar uma fábrica de implementos rodoviários (reboques e carrocerias). Ferreira analisou mercados, pesquisou custos e buscou investimentos. Depois de longo planejamento, ele enfim tomou a decisão: irá abrir a unidade, mas não no Brasil. “Escolhi o Paraguai”, diz. “Não há comparação em termos de atratividade.”

Basta dar uma espiada em uma série de indicadores para entender a lógica do empresário. “No meu caso específico, a carga fiscal no Paraguai será 31% menor do que no Brasil”, diz. Não é só. Os encargos trabalhistas giram em torno de 30% do

salário do empregado, enquanto em solo brasileiro eles são superiores a 100%, e o custo da energia elétrica chega a ser 70% mais baixo. “Eu gostaria de contar com esses benefícios no Brasil e manter meus investimentos por aqui. Mas, infelizmente, o ambiente de negócios está muito ruim. O jeito é procurar outros lugares.”

Pior para o Brasil. Para instalar a empresa na região de Assunção, Ferreira irá desembolsar de imediato R\$ 1,2 milhão e gerar 25 empregos diretos. Novos aportes virão quando a fábrica deslançar. Sua ideia é exportar para toda a América do Sul – inclusive o Brasil.



Não se trata de um caso isolado. Os entraves nacionais, que sufocam empresários, empreendedores e trabalhadores, estão provocando um êxodo para o Paraguai. Nos últimos cinco anos, os brasileiros abriram sete de cada 10 indústrias do país vizinho. Segundo a embaixada brasileira em Assunção, o total de empresas que pediram instruções de como se mudar para o Paraguai cresceu 64% em 2017. Foram 445 consultas no ano passado, contra 272 em 2016.

Para Júlio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), uma palavra resume o fenômeno: competitividade. Com as facilidades oferecidas por países do Mercosul, o Brasil corre o sério risco de se tornar um gigante pesado e inerte, incapaz de se mover em direção ao futuro.

Não à toa, jovens empreendedores são os maiores interessados em procurar caminhos além das fronteiras nacionais. Eles não enxergam futuro em um país ferido por eternos embates políticos e que sequer consegue concluir reformas tão urgentes quanto necessárias, como da Previdência e tributária.

Solução

Júlio Alcindo Fonseca tem 31 anos e pretende abrir uma unidade de componentes elétricos no país vizinho. “O Paraguai está virando a China e o Brasil, a Coreia do Norte”, diz ele. “Cansei de perder tempo com a eterna burocracia. O governo brasileiro só traz problemas. Eu quero solução.” Exageros à parte (o Brasil está longe de ser uma Coreia do Norte), a verdade é que há um cansaço evidente com as mazelas nacionais.

“Os empresários que me procuram dizem que o Brasil não tem remédio”, afirma Roger Simas, sócio da Consultoria Panamericana, que dá suporte para empresas brasileiras que pretendem cruzar a fronteira. “Trabalho há 15 anos no setor e nunca vi tanto empresário querendo investir fora do país.” Segundo ele, há cinco anos sua empresa recebia cinco consultas semanais de brasileiros motivados com a possibilidade de desembarcar no Paraguai. “Hoje são 30 consultas por semana e pelos menos dois negócios vão adiante.”

O Paraguai não virou polo econômico por acaso. Apostar no setor produtivo foi uma política de Estado do presidente Horacio Cartes, que assumiu em agosto de 2013. Desde então, ele retomou a chamada Lei da Maquila, criada em 1997 mas negligenciada por governos anteriores. A legislação garante o pagamento de apenas 1% de tributo às companhias que abrirem fábricas no Paraguai e exportarem 100% da produção. Nenhuma outra nação do continente oferece algo sequer parecido.

A eficiência da Lei da Maquila pode ser comprovada por números. As exportações das empresas que se enquadram nesse sistema cresceram de US\$ 134,5 milhões em 2013

para US\$ 369,5 milhões em 2017, segundo levantamento do Ministério da Indústria do Paraguai.

Das chamadas empresas maquiladoras paraguaias, 69% têm origem brasileira, 17% são paraguaias e 8% argentinas. Significa, portanto, que os empresários brasileiros, entre todos os da América do Sul, são os mais dispostos a investir no Paraguai.

Segundo os especialistas, isso acontece por duas razões. A primeira delas: o Brasil é o principal país do continente e obviamente tem um número muito maior de empresas do que os vizinhos.

A segunda razão: o ambiente de negócios brasileiro é pior do que o de outras nações, o que estimula os empreendedores a partir para projetos além das fronteiras nacionais. O interessante é que não são apenas empresas iniciantes ou dotadas de pouca capital que investem no Paraguai. A Riachuelo, uma das principais varejistas do país, tem operações no Paraguai e a Vale opera uma empresa de logística fluvial.

Atrativos

Apoiado por uma legislação moderna, o Paraguai criou mecanismos para atrair negócios. Estabeleceu o Sistema Unificado para Abertura e Fechamento de Empresas (Suace), que permite ao empreendedor fazer todos os registros da companhia em único lugar.

Segundo Carlos Astigarraga, diretor de promoção da Rede de Investimentos e Exportações do Paraguai (Rediex), iniciativas como essa fazem com que o tempo de abertura de uma empresa no Paraguai não chegue a um mês. No Brasil, a depender da região, a espera pode levar três meses.

Outra vantagem que pende os negócios a favor dos paraguaios diz respeito ao sistema tributário. Ele é bastante simplificado. Nas cargas trabalhista e previdenciária, a empresa paga ao governo 16,5% e o empregado, 9%.

“O sistema é fácil de entender, tem regras claras e sai bem mais em conta para as empresas”, diz o consultor Roger Simas. “Enquanto o Brasil não melhorar o seu ambiente de negócios, faz todo o sentido para o empreendedor investir no Paraguai.”

O tigre da América do Sul

Na última década, o Paraguai alcançou um verdadeiro milagre econômico: o país cresceu mais de 5% ao ano, a inflação média do período não chegou a 4% e a taxa de desemprego permaneceu em admiráveis 6%. O Brasil perde feio na comparação com todos esses indicadores. Se a analogia for feita de dois anos para cá, o Paraguai ganha de goleada.

Para o Fundo Monetário Internacional, que se rendeu ao Paraguai em diversos relatórios recheados de elogios, uma das razões para a solidez econômica é o baixo nível de endividamento público do país. O índice está em 23% em relação ao PIB, um dos menores do mundo. No Brasil, a taxa se aproxima de 75% e a média do Mercosul é de 54%.

O receituário paraguaio é relativamente simples. O país fugiu do populismo latino-americano, controlou os gastos públicos com mão de ferro e definiu regras simples e claras para a atração de capital estrangeiro.

Aliou a isso um programa destinado especificamente a facilitar a vida dos empreendedores, sustentando por um tripé: simplificação tributária, redução drástica da burocracia e diminuição dos encargos trabalhistas e previdenciários.

O resultado das iniciativas é uma transformação que deveria servir de exemplo para os vizinhos sul-americanos, inclusive o Brasil. Se até pouco tempo atrás o Paraguai

era visto como um país condenado à segunda divisão na economia do continente, agora tem lições valiosas a oferecer.

Indústria faz parte da solução do problema da água, diz CNI

19/03/2018 – Fonte: Bem Paraná

Representantes do setor produtivo estão debatendo, durante todo o dia de hoje (18), propostas de melhor gestão e uso da água. O Water Business Day é um dos eventos que integram o 8º Fórum Mundial da Água, que será aberto oficialmente amanhã (19).

Segundo a diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mônica Messemberg, a solução para o melhor uso da água passa pela indústria.

As informações são da Agência Brasil “Para a indústria, a água é um insumo estratégico. E a necessidade de participarmos da discussão da gestão desse recurso é fundamental. Ela contribui também quando investe em tecnologia e novas formas de consumo que permitem a racionalização do uso da água.

A indústria faz parte da solução do problema da água, ela quer ser parte dessa solução. A CNI é uma das organizadoras do Water Business Day. Durante a mesa de abertura do evento, o secretário de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente, Edson Duarte, destacou a importância de combater o desperdício em todas as camadas da sociedade.

“Essa agenda é estratégica, não somente para buscar tecnologias, o combate ao desperdício e uma gestão mais eficiente. Devemos nos preocupar com a gestão das águas como um todo. Esperamos muito desse evento, porque essa discussão é a incorporação da cultura das águas na sociedade”.

De acordo com a diretora da CNI, será apresentada no fórum, dia 22, uma proposta em conjunto do setor industrial.

“[Será apresentada] a posição do setor produtivo no que se refere a políticas para utilização e gestão dos recursos hídricos. Será a consolidação desse trabalho. Uma das questões seria o financiamento da água e outra a utilização da água. E vamos ter o nosso posicionamento de uma forma consolidada. Setor produtivo, uma posição única”.

Empresa de robôs investidores recebe R\$ 5,2 milhões de fundo

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A empresa Véríos, que desde 2016 automatiza aplicações de investidores, recebeu investimento de R\$ 5,2 milhões.

A maior parte dos recursos veio da e.Bricks Ventures, gestora de investimentos ligada ao grupo de comunicação RBS. A aceleradora Startup Farm e investidores-anjo também injetaram recursos na companhia.

Para acessar o serviço da empresa, também conhecido como “robot-advisor” (consultor robô), o cliente deve dispor de ao menos R\$ 12 mil.

Durante seu cadastro online, será feita uma análise para identificar sua tolerância ao risco e seus objetivos com os investimentos para definir a estratégia usada nas aplicações.

A seguir, os algoritmos desenvolvidos pela companhia ficam responsáveis por cuidar dos investimentos do cliente automaticamente, fazendo ajustes para mantê-los adequados a seus objetivos conforme as variações do mercado.

A carteira de investimentos dos clientes da Véríos inclui títulos públicos e ETFs (fundos que replicam índices da Bolsa de Valores).

A Véríos informou em nota que conta com 10 pessoas em sua equipe e faz a gestão de R\$ 200 milhões de milhares de clientes.

A companhia está sediada no inovaBra Habitat, espaço para startups e área de inovação de grandes empresas mantido pelo Bradesco em São Paulo.

Entre as companhias investidas pela e.Bricks Ventures estão GuiaBolso, Contabilizei, Infracommerce e Rock Content.



Felipe Sotto-Maior, presidente da Véríos.

Artigo: Se a Quarta Revolução Industrial é a resposta, cibersegurança é a pergunta

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Tema veio para ficar quando se pensa em política pública

Aconteceu na semana passada a edição latino-americana do Fórum Econômico Mundial, realizada em São Paulo. No evento, foi possível ver um apanhado de temas que estão na pauta do mainstream global. Tecnologia foi um dos assuntos centrais.

Em um momento em que países da região buscam novos modelos de desenvolvimento (como o Brasil), ideias como a Quarta Revolução Industrial trazem possibilidades.

Este colunista participou de dois painéis no primeiro dia do evento, sobre cibersegurança e blockchain.

No de cibersegurança, ficou claro que o tema veio para ficar quando se pensa em política pública. Em um ano em que diversos países da região terão eleições de impacto (Brasil, Colômbia, Costa Rica, México etc.), a ameaça de vazamentos de dados, interferências e manipulações digitais e até mesmo ataques a infraestruturas conectadas paira no ar.

De todos os países da região, apenas oito têm avançado de forma significativa na criação de políticas nacionais abrangentes sobre cibersegurança (o Brasil não é um deles).

Isso faz da América Latina uma das regiões mais vulneráveis a esse tipo de ameaça. Se a Quarta Revolução Industrial é a resposta, cibersegurança é a pergunta. Quem

paga o custo de medidas nesse sentido? Como criar um sistema que integre setor público, privado, comunidade científica, sociedade civil e outros atores? São questões que ainda carecem de definição entre nós.

No painel sobre blockchain, o tema abordado foi a capacidade dessa nova tecnologia emergente de atuar sobre problemas tipicamente latino-americanos: corrupção, ineficiência, falta de transparência e assim por diante.

Uma das possibilidades é usar blockchain no agronegócio, criando modalidades novas de certificação para produtos brasileiros. Isso permitiria atacar problemas como a "carne fraca", ao controlar a cadeia de custódia da carne, da fazenda ao supermercado. O consumidor poderia, com seu celular, por meio de um código QR, verificar a proveniência da carne, inclusive os pontos em que foi fiscalizada e quem fiscalizou.

Outro tema que apareceu no fórum foi a relação entre tecnologia e democracia. A América Latina é hoje o laboratório global de experimentação de tecnologias para participação democrática. Há iniciativas como o Democracy Earth, surgido na Argentina, o Todos, no Chile, ou o Mudamos, no Brasil (no qual estou envolvido, vale dizer).

Em uma de suas falas, o professor Klaus Schwab, diretor do fórum, mencionou que as cinco organizações mais poderosas do planeta são hoje Estados Unidos, China, Facebook, Google e o Fórum Econômico Mundial. Dessa lista, apenas uma é uma democracia. Mais do que nunca, aprofundar formas de inovação democrática torna-se importante.

Infelizmente não participei do segundo dia do fórum. Com o assassinato da vereadora Marielle Franco, me senti na obrigação de retornar ao Rio para estar presente nos atos públicos de indignação por sua morte inaceitável.

JÁ ERA Casa desconectada

JÁ É Lâmpadas da casa conectadas à internet, que podem ser ligadas de qualquer lugar

JÁ VEM Interfone da casa conectado à internet, que pode ser atendido, e a porta, aberta de qualquer lugar

Ronaldo Lemos

É advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio e representante do MIT Media Lab.

Com uso de novas tecnologias, varejo rastreia e monitora os consumidores

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



A tecnologia veio para ficar no varejo físico e está presente em todas as áreas da empresa, trazendo dados que antes eram restritos ao mundo online —como estatísticas sobre hábitos e comportamentos do consumidor— e transformando a própria atuação dos negócios.

É o caso da FX Retail Analytics, empresa que oferece uma solução para o varejo que monitora o fluxo de pessoas que transitam dentro e fora dos estabelecimentos comerciais.

Por meio de câmeras e de sensores que captam se o sinal de wi-fi dos clientes está ativo, a FX é capaz de determinar quantas pessoas passam na frente da loja e, dessas, quantas de fato entram.

No interior da loja, a tecnologia permite traçar mapas de calor, mostrando quais regiões têm mais movimento, os horários de maior fluxo, e ver quantas pessoas fizeram uma compra em relação ao total dos que entraram.

“O varejista físico tem que se digitalizar, senão vai morrer”, afirma Walter Sabini Junior, sócio-fundador da FX.

Um dos clientes da FX é a Preçolândia, rede de utilidades e utensílios domésticos com 30 lojas no estado de São Paulo. Michel Zakka, 46, diretor comercial da Preçolândia, conta que a empresa implantou o sistema da FX há quase dois anos para que pudesse contar quantas pessoas saíam das lojas sem efetuar uma compra.

Com a ferramenta, tiveram acesso a outra informação importante: os horários de maior fluxo da loja. “Com isso conseguimos preparar as lojas corretamente e usar melhor nossos recursos”, afirma Zakka. A solução custa a partir de R\$ 99 por mês por loja. “A ferramenta se paga desde que você realmente use os dados para melhorar a operação”, diz Zakka.

Assim, o grande desafio diz menos respeito à tecnologia em si do que ao uso que se faz dela, segundo especialistas consultados pela **Folha**.

Cláudio Felisoni Ângelo, coordenador do Provar (Programa de Administração de Varejo), da FIA (Fundação Instituto de Administração), destaca que a captura dos dados avançou em ritmo mais acelerado do que a capacidade de análise. “Tem que haver um equilíbrio entre essas tecnologias e investimento em capital humano”, avalia.

Maurício Morgado, professor e coordenador do FGVcev (Centro de Excelência em Varejo da FGV), concorda. Morgado destaca que a tecnologia pode ajudar tanto a treinar a força de venda quanto servir de apoio ao cliente. “O vendedor e até mesmo o cliente podem ter acesso a informações mais detalhadas do produto na própria loja, por meio de um tablet, por exemplo”, explica.

Para os clientes, o pagamento com smartphones promete ser uma tendência. Levantamento da consultoria PwC com consumidores de todo o mundo revela que 50% dos que responderam a pesquisa usam smartphones para fazer pagamentos, seja na própria loja ou encomendando antecipadamente por meio dos aplicativos das lojas ou de uma plataforma de pagamentos.

No Brasil, o pagamento por celular direto na loja, substituindo o cartão, ainda dá seus primeiros passos, mas tende a crescer, segundo a PwC.

Outro aspecto, mais gerencial, é conseguir fazer com que as informações pertinentes cheguem a todas as áreas da empresa e que elas sejam usadas para a elaboração de melhorias. Além disso, é preciso que a matriz consiga ter acesso online e em tempo real aos dados de atendimento e estoque.

Nesse sentido, a gestão do estoque é um dos principais desafios para o varejo, independentemente da tecnologia que se use.

Thiago Carvalho, assessor da FecomercioSP, lembra que, para auxiliar nessa questão, já existem tecnologias avançadas, como a RFID, que é uma etiqueta de identificação por radiofrequência e substitui o código de barras.

“Com essa tecnologia é possível fazer a contagem do pedido em poucos segundos. Em vez de fechar a loja para balanço por alguns dias, é possível ter as informações em

tempo real. Há um ganho de escala e a tendência é que isso se dissemine no varejo. O cliente pode colocar as compras no carrinho e, quando passar no caixa, a solução já identifica tudo o que está dentro”, afirma Carvalho.

Hydro coloca 600 em férias coletivas

19/03/2018 – Fonte: DCI

A fabricante de alumínio Norsk Hydro ordenou férias coletivas para 600 empregados de sua produtora de alumina Alunorte, no Pará, para evitar possíveis “layoffs” na unidade, disse a companhia na sexta-feira (16).

Os funcionários sairão em grupos por um período alternado de dez dias.

Na quinta-feira, a Hydro já havia determinado férias coletivas para 400 empregados das operações de mineração da Hydro Paragominas.

Ainda na sexta-feira, a companhia informou que vai investir cerca de R\$ 212 milhões, ou 500 milhões de coroas norueguesas, no sistema de tratamento de água da produtora de alumina, aumentando a capacidade em 50% e melhorando a robustez da planta para suportar condições climáticas extremas. O objetivo é concluir a atualização planejada no primeiro trimestre de 2019

Total de acidentes de trabalho no país oculta realidade

19/03/2018 – Fonte: Bem Paraná

Os números de comunicados de acidentes de trabalho no Brasil caíram pela metade em 2017 na comparação com 2016. Foi o menor registro dos últimos seis anos, de acordo com os dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança e do Trabalho, ferramenta desenvolvida pelo pelo Ministério Público do Trabalho e pela Organização Internacional do Trabalho.

A princípio, os dados dão a entender que o país registrou uma melhora no nível da segurança no trabalho. Mas uma leitura mais profunda mostra outra realidade.

"Não foi o número de acidentes que diminuiu, mas sim o de empregados com carteira assinada", diz Remígio Todeschini, pesquisador da Universidade Federal de Brasília. "Na crise, houve aumento da informalidade."

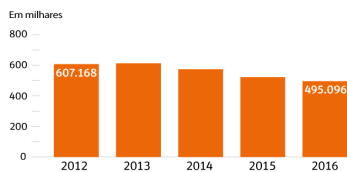
A queda foi de 1,3 milhão de postos com carteira assinada em 2016 e de 1,5 milhão no ano anterior, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

O governo também cortou verbas importantes, que afetam os resultados dos registros.

"Falta informação e fiscalização", explica Marco Bussacos, chefe do serviço de epidemiologia e estatística da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat e Figueiredo), do Ministério do Trabalho.

DADOS SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO

Número de acidentes reportados por ano no Brasil



Ações indenizatórias contra empresas no Brasil



305.299.902
Dias perdidos estimados entre 2012 e 2017 no Brasil



14.412
Mortes em acidentes estimadas entre 2012 e 2017 no Brasil

Campeões em acidentes de trabalho no mundo:

- 1 China
- 2 Índia
- 3 Indonésia
- 4 Brasil

Fontes: Organização Internacional do Trabalho, Advocacia Geral da União e Observatório Digital de Saúde e Segurança de Trabalho

"Além de uma insuficiente equipe de fiscais, foram cortadas diárias e passagens para que esses funcionários possam se deslocar pelo país para checar os postos de trabalho", afirma Bussacos.

De acordo com estudo da CUT (Central Única dos Trabalhadores), de cada 4 acidentes, apenas 1 é notificado.

Em geral, crises econômicas trazem ainda mais problemas de segurança. Principalmente as médias e pequenas empresas –que representam aproximadamente 90% dos negócios formalizados em todo o país– tendem a cortar custos no setor.

Outro dado circunstancial importante: "Uma das áreas de maior risco de acidentes, a construção civil foi muito abalada nos últimos anos", explica Bussacos.

Trata-se de um setor que apresentou grandes baixas de trabalhadores e com o dobro da média nacional de acidentes, de acordo com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

"Nas obras, muitas vezes faltam equipamentos básicos, como capacetes, luvas, cintos de segurança, e treinamento preventivo. Ali, os acidentes são frequentes", afirma Bussacos.

Apesar dos problemas, o setor da construção civil é o quarto colocado entre os que lideram o risco de acidentes, atrás da indústria de transformação (terceiro lugar), do setor elétrico (segundo) e de agricultura e pecuária (primeiro), segundo a UnB.

INDENIZAÇÕES

Mesmo quando o dano é causado pela falta de responsabilidade do empregador, o ônus fica com a Previdência. Nos últimos seis anos, foram gastos R\$ 26,2 bilhões com benefícios acidentários, entre eles auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Desde 2008, o INSS resolveu tentar recuperar o dinheiro gasto com esses benefícios. A partir daquele ano, a AGU (Advocacia Geral da União), órgão responsável pela defesa de autarquias e fundações federais, começou a dar prioridade às ações indenizatórias contra as empresas consideradas culpadas.

"De 2008 até hoje, foram expedidas 5.000 ações indenizatórias. Hoje temos uma média de 500 ações por ano. Entre 1991 e 2007, eram 14", afirma o procurador

Fernando Maciel, coordenador de uma equipe de dez advogados dedicados apenas às ações regressivas previdenciárias na Procuradoria Geral Federal da AGU. O grupo já devolveu R\$ 45 milhões aos cofres públicos.

Os especialistas projetam que as estatísticas devem diminuir ainda mais. "No fim do ano passado, foram cortados dos benefícios os casos de afastamentos por menos de 15 dias e os acidentes de trajeto", diz Todeschini. Hoje isso representaria 190 mil benefícios a menos.

De 2012 a 2017, o Observatório Digital de Saúde e Segurança e do Trabalho estima 3,9 milhões de comunicados de acidentes, o que resulta numa média de 646.626 por ano. Até 2016, essa média era de 750 mil.

O Brasil é o quarto país com maior índice de acidentes de trabalho no mundo. O campeão é a China, seguida da Índia e Indonésia, de acordo com a OIT.

Artigo: Investimento com impacto social ainda é embrionário no Brasil

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

No Brasil, os primeiros sinais desse movimento surgiram há menos de uma década.

Um movimento crescente no mundo chama cada vez mais a atenção de investidores e empresas: os investimentos de impacto que, além do retorno financeiro, buscam resultados positivos nas áreas social e ambiental.

É o meio do caminho entre a filantropia e o investimento financeiro voltado exclusivamente ao lucro. No Brasil, os primeiros sinais desse movimento surgiram há menos de uma década.

A ANDE (rede global para o desenvolvimento de empreendedores) publicou um relatório sobre os investimentos de impacto no Brasil. Os dados mostram que empresas atuantes no setor contabilizavam o equivalente a R\$ 602 milhões em ativos no ano de 2015, valor que aumentaria em R\$ 960 milhões no ano seguinte.

As empresas têm de estar preparadas para essa discussão se quiserem atrair novos talentos (especialmente os "millennials"), cativar consumidores que se mostram mais fiéis aos produtos de companhias que possuem preocupações socioambientais e atrair investidores.

A atividade, o processo produtivo, a matéria-prima utilizada, o controle de potenciais riscos e a forma de lidar com seus colaboradores estão entre os principais quesitos que permitirão a empreendedores qualificarem seus negócios como investimentos de impacto.

No mercado americano, a maioria dos estados já tem legislação que leva em conta os princípios e ideais desse movimento, que tenta colocar o impacto socioambiental no mesmo patamar do lucro. São feitos reportes anuais aos acionistas, para que se possa determinar se a empresa está atingindo, de fato, o impacto desejado.

No Brasil, discussões sobre regulamentação já se iniciaram, mas ainda são embrionárias.

Em 19 de dezembro de 2017, foi aprovada, via decreto presidencial, a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto, que tem como finalidade articular órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil, na promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios nessa área.

Os principais objetivos são ampliar a oferta de capital para os negócios de impacto, aumentar a quantidade de empresas atuando no setor e capacitar os empreendedores.

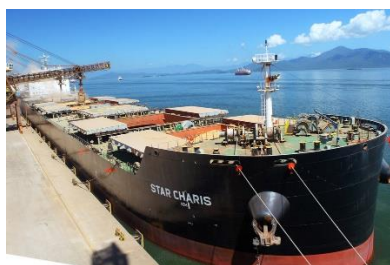
É importante que as empresas se preparem para essa nova realidade para que possam continuar a atrair colaboradores, clientes e, agora, investidores.

Esse processo deverá envolver uma melhor avaliação das atividades e, provavelmente, deverá resultar em novas políticas e regras de conduta para o meio empresarial.

Octávio Souto Vidigal Filho e **Talita Alves** atuam na área de Direito Societário do escritório CSMV Advogados

Com aumento de produtividade, Porto de Paranaguá comemora 83 anos

19/03/2018 – Fonte: Bem Paraná



Operadores portuários, cooperativas, clientes, empresas e entidades também têm motivos para comemorar os 83 anos do Porto de Paranaguá, completados neste sábado (17). Nos últimos sete anos, o segundo maior porto do Brasil recebeu um volume de investimentos digno do seu potencial, o que garantiu um aumento de produtividade em 33% e o destaque no cenário nacional e internacional.

Foram R\$ 657 milhões em investimentos entre 2011 e 2017 e outros R\$ 725 milhões que estão previstos de 2018 a 2020. "Com isso, avançamos muito e devolvemos a competitividade ao Porto de Paranaguá", afirmou o secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho.

De acordo com o secretário-executivo do Conselho Temático de Infraestrutura da Federação da Indústrias do Paraná (Fiep), João Arthur Mohr, o Porto de Paranaguá vive um grande momento.

"Conseguiu evoluir em todos os pilares que fazem um porto ser eficiente. Garantiu a infraestrutura marítima com a dragagem, modernizou seus berços, incentivou investimentos na infraestrutura terrestre e, dentro das suas possibilidades, vai desafogar os acessos viários à cidade. O porto está de parabéns pelos seus 83 anos", destacou Mohr.

O gerente geral da Harbor, Valmor Felipetto, diz que o Porto de Paranaguá é hoje um ícone no Brasil devido aos investimentos em modernização e ao trabalho da atual gestão. "Todos os empresários do setor reconhecem o legado que esta administração está deixando para os usuários do Porto de Paranaguá", completa.

Os investimentos realizados com recursos próprios da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), com o objetivo de devolver a competitividade aos Portos do Paraná, são os maiores dos últimos 40 anos. Os novos equipamentos aumentaram a capacidade de carregamento de grãos no Corredor de Exportação em 33%.

"Há algum tempo falava-se que o Corredor de Exportação não tinha capacidade para movimentar 14 milhões de toneladas e, em 2017, atingimos a marca de 17 milhões de toneladas de grãos, com a meta de atingir 20 milhões. Ou seja, o Porto de

Paranaguá está melhor a cada ano”, disse o gerente da Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá, Jean Azzolin.

Segundo maior terminal marítimo do País, o Porto de Paranaguá tornou-se um colecionador de recordes. Foram 45 nos últimos sete anos, incluindo a maior movimentação de cargas da sua história – 51,5 milhões de toneladas em 2017, volume 14,2% maior do que em 2016, quando foram movimentadas 45,1 milhões de toneladas.

“Com uma estrutura que ultrapassa 80 anos, o Porto de Paranaguá conseguiu se manter atualizado, moderno e competitivo, prestando um serviço de qualidade para seus clientes”, afirmou o gerente da Centro Sul Serviços Marítimos, João Paulo Barbieri.

CONTÊINERES - O Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), um dos maiores da América do Sul, com uma capacidade anual de 1,5 milhão de TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), inicia uma expansão que elevará sua capacidade para 2,4 milhões de TEUs/ano até 2019.

“Temos que comemorar estes 83 anos da autoridade portuária e reconhecer que os últimos anos foram excepcionais no que diz respeito à gestão do porto. Foi muito profissional e ágil. O porto é o integrador de dois elos, da parte marítima e da parte terrestre, e a própria Appa fez isso muito bem, contribuindo decisivamente para que as empresas privadas voltassem a acreditar no porto e investissem em Paranaguá”, destacou o diretor-superintendente da TCP, Juarez Moraes e Silva.

FERTILIZANTES - Melhorias feitas nos últimos anos no Porto de Paranaguá resultaram em redução de mais de 70% na multa para os importadores de fertilizantes pela eventual sobre-estadia de navios, a chamada demurrage. Segundo estudo do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado do Paraná (Sindiadubos), de 2011 para cá, tanto o valor da multa quanto o tempo de sobre-estadia caíram cerca de 72,3% nos portos do Estado.

“O Porto de Paranaguá cresceu, evoluiu e se tornou o maior importador de fertilizantes do Brasil. Temos que continuar trabalhando para que esse porto se uma mantenha referência para esta atividade”, disse o gerente da Fospar, Ronaldo Sapateiro.

O presidente dos Terminais Ponta do Félix, Gilberto Birkhan, diz que a evolução do Porto é motivo de alegria para todos. “O porto de Paranaguá está de parabéns pelo posicionamento que conseguiu neste momento dentro do cenário brasileiro”.

Companhias brasileiras buscam outros mercados

19/03/2018 – Fonte: EM.com

O investidor brasileiro ficou de fora da oferta de ações de maior sucesso de uma companhia nacional nos últimos anos. A PagSeguro, dona das máquinas de pagamento "moderninha" e "minizinha", escolheu a Bolsa de Nova York para vender suas ações. Conseguiu R\$ 7,4 bilhões e a quantidade de investidores interessados era suficiente para comprar quase 15 vezes o total de papéis ofertado. No pregão de estreia, as ações valorizaram 36%.

Escolher uma bolsa de outro país para vender suas ações é uma prática comum entre as empresas, acirrada pelas próprias bolsas internacionais. Os motivos são vários. A bolsa local pode não ter investidores suficientes para ficar com as ações. A empresa pode estar à procura de mais liquidez. E ter ações avaliadas em uma moeda como o dólar pode facilitar uma negociação para venda ou fusão.

Mas o principal motivo é evitar as chamadas barreiras de investimento: ao listar os

papéis em outra bolsa, a empresa pode ter acesso a outro tipo de investidor - focado exatamente no seu negócio, mas que só pode investir, por exemplo, em companhias acompanhadas pela SEC - a xerife do mercado de capitais americano.

Esse parece ter sido o caso da PagSeguro, que lá encontrou investidores dedicados a seu negócio e dispostos a pagar mais por ele. Antes dela, em abril do ano passado, a varejista online brasileira Netshoes, já havia escolhido a Nyse, embora sem tanto sucesso. A Nexa Resources (ex-Votorantim Metais), também ficou de fora da B3 e optou por um processo de dupla listagem, na Nyse e na Bolsa do Toronto. E a aérea Azul seguiu o mesmo modelo, mas colocando papéis em Nova York e na B3.

Em novembro do ano passado, a London Stock Exchange (LSE) fechou acordo com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) e o Instituto Mineiro de Mercado de Capitais (IMMC) para trazer para o Brasil um programa de capacitação e suporte ao desenvolvimento de negócios e à captação de recursos pelas pequenas e médias brasileiras nos mercados globais. O programa é batizado de Elite e foi implementado pela primeira vez na Itália, em 2012; dois anos depois foi replicado no Reino Unido.

"O Brasil é um país muito extenso, com elevada diversidade e quantidade de empresas, além de um grande mercado consumidor e que agora está entrando em uma nova fase de crescimento. Essas companhias precisam acessar o mercado", afirma Chris Mayo, da bolsa de Londres. Ele diz que o custo dessas operações em outros países é alto, mas que isso é compensado pelo benefício de ter acesso ao capital.

Tiago Isaac, superintendente de relacionamento com empresas e estruturadores de ofertas da B3, avalia que as operações de empresas brasileiras apenas no exterior estão bem longe de ser uma tendência. No ano passado, 28 empresas brasileiras captaram US\$ 14 bilhões vendendo ações.

Dessas, 23 acionaram apenas a B3 e somaram US\$ 11,4 bilhões (85%) do total; 3 tiveram captações no Brasil e exterior (US\$ 1,9 bilhão); e 2 foram exclusivamente lá fora (US\$ 700 milhões). "Os números mostram que essas operações não são significativas", afirma.

Banco Mundial defende abertura comercial do Brasil no médio prazo

19/03/2018 – Fonte: Diário do Comércio

Economista sênior do Banco Mundial, Rafael Muñoz Moreno defendeu que o Brasil trabalhe por uma abertura comercial no médio prazo. Perguntado sobre se isso seria benéfico mesmo em um contexto de risco de mais tarifas à importação dos Estados Unidos, ele argumentou que o País não deve se concentrar em questões de curto prazo. "Creio que esse foco no curto prazo não vai resolver essa questão."

Muñoz Molina falou em entrevista durante evento em São Paulo da Câmara de Comércio Espanhola. Segundo ele, uma orientação decidida por mais abertura em um período de médio prazo, por exemplo, de uma década, ajudaria a orientar as expectativas dos agentes econômicos, inclusive dos empresários. "Se eles sabem hoje que dentro de dez anos haverá uma abertura comercial clara, isso os ajudaria a preparar questões como gestão, mão de obra", comentou.

O economista do Banco Mundial lembrou que, no contexto do Mercosul, é necessário um consenso entre todos os agentes do grupo, para que essa abertura se concretize. Segundo ele, porém, o quadro regional sugere que essa oportunidade existe. "Há países, como a Argentina, que estão apostando definitivamente por uma abertura comercial", destacou.

Nesse contexto, Muñoz Molina sugeriu diálogo dentro do Mercosul, a fim de aprofundar

o comércio entre os países do bloco, e também que se explore a possibilidade de abertura econômica com as demais nações, no médio prazo.

Produtividade – O economista do Banco Mundial defendeu durante a apresentação que o País enfrente uma agenda para melhorar sua produtividade. “O problema não é o que o Brasil produz, mas como o faz”, afirmou.

Muñoz Moreno disse que há no Brasil uma grande quantidade de empresas que “continuam a existir, mesmo se não forem produtivas”, já que o mercado não consegue “disciplinar” esses casos. O principal problema, segundo ele, é a baixa produtividade e a modesta concorrência. “O Brasil tem um problema grande de concorrência interna”, ressaltou, citando como um dos motivos o mercado “muito fragmentado”.

O economista lembrou que o Brasil ficou apenas em 125º lugar no ranking “Doing Business” da entidade, divulgado em outubro. Nesse contexto, ele argumentou pela necessidade de mais abertura comercial.

Segundo estudo do Banco Mundial, em um cenário hipotético de redução de 50% das tarifas do Brasil com os países de fora do Mercosul e também de barreiras não tarifárias dentro do bloco, 6 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza. Uma maior integração do mercado interno poderia trazer outras 3 milhões de pessoas para fora da linha de pobreza. “O impacto da abertura seria muito benéfico para os pobres”, ressaltou.

Muñoz Moreno admitiu que as regiões mais ao sul do Brasil seriam as mais beneficiadas. Ainda assim, defendeu a mudança, já que, segundo ele, o País já gasta muito atualmente com incentivos, mas esses não trazem os impactos desejáveis. O dirigente do Banco Mundial defendeu também maior coordenação na política comercial, inclusive com o setor privado, mas sem que o governo permita que os agentes privados capturem essas reformas em benefício próprio.

“É preciso se concentrar nos que mais precisam”, disse, citando a necessidade de melhora na formação da mão de obra, nos primeiros anos e também ao longo da vida laboral.

O economista avaliou ainda que o quadro no Brasil, com distorções tributárias internas, dificuldades para pagar impostos, infraestrutura ruim e custos altos de insumos, dificulta que as empresas brasileiras participem de cadeias produtivas globais, o que limita seu crescimento.

Brasil consolida liderança global com fusão entre Fibria e Suzano

19/03/2018 – Fonte: DCI

União cria gigante mundial e 5ª maior empresa brasileira em valor de mercado, avaliada em R\$ 83 bi



Juntas, elas terão 11 fábricas e uma participação estimada em 49% do mercado mundial de celulose

A fusão entre as duas maiores produtoras de celulose do País, Fibria e Suzano, consolida o papel da indústria brasileira como o maior player mundial do segmento.

“Trata-se de uma transação equilibrada, que olha para todas as partes do processo: pela ótica dos acionistas das duas empresas e também do Brasil”, declarou o presidente da Suzano Papel e Celulose, Walter Schalka, em coletiva à imprensa na sexta-feira (16). “Estaremos preparados para fazer frente a inúmeros competidores estrangeiros”, garantiu.

Quando concretizado, o negócio resultará na maior produtora de celulose do mundo, somando 11 fábricas e capacidade para produzir 11 milhões de toneladas de celulose por ano e 1,4 milhão de toneladas de papel, com volumes anuais de exportação de R\$ 18 bilhões e previsão de investimentos de R\$ 6,4 bilhões em 2018. Será a quinta maior empresa brasileira em valor de mercado, avaliada em R\$ 83 bilhões.

A operação foi aprovada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é acionista de ambas, por meio da subsidiária BNDESPar. “Até o último minuto, procuramos o melhor retorno ao contribuinte”, diz o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro.

“Esse negócio não torna ninguém campeão nacional, isso é muito pouco. Cria um gigante mundial”, destacou. O banco informou em nota que “o pagamento ao BNDES concilia recebimento de parte significativa em dinheiro, cerca de R\$ 8,5 bilhões, e de ações da companhia resultante, com a perspectiva de valorização a partir de ganhos sinérgicos e de produtividade com transação.”

O Conselho da Fibria tem até 15 dias, a partir de sexta, para deliberar sobre os termos do acordo. O presidente da Suzano afirmou que, devido ao aumento da dívida causada pela transação, a nova companhia não fará grandes investimentos no curto prazo. “Vamos exercer responsabilidade financeira de desalavancagem, a disciplina financeira é fundamental”, acrescenta. A transação vai elevar a dívida de R\$ 21 bilhões para cerca de R\$ 50 bi.

O acordo ainda depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de órgãos antitruste para ser concretizado. Caso não seja concluída, a Suzano terá de pagar à Fibria multa de R\$ 750 milhões. “Temos alternativas de remédios antitruste. Caso seja acima desse valor, não fará sentido”, disse Schalka. Ele não acredita em grandes restrições ou necessidade de venda de ativos.

Repercussão

A participação da nova empresa no mercado mundial de celulose de eucalipto chegaria a 49%, segundo estimativas. Com anúncio, as ações da Suzano dispararam 21,79% na bolsa, movimentando o maior volume da sexta, de R\$ 1,25 bilhão. Já a Fibria caiu 10,22% e movimentou R\$ 942 milhões. Até a finalização, as duas empresas permanecerão operando de forma independente.

A retomada da economia global vinha elevando a demanda pela celulose, o que elevava a pressão pela consolidação, na avaliação do analista da Tendências, Marcelo Domingues. “Com isso, as empresas vinham avaliando novos investimentos, mas ao se unir elas se tornaram um player mais forte”, explica.

A tendência de consolidação, inclusive, já vinha se desenhando há alguns anos, na opinião do especialista da empresa de análise Levante, Eduardo Guimarães. “Consolidação é um movimento natural nesse negócio, pela necessidade de escala. A união das brasileiras é uma questão de defesa. Além disso, havia uma forte vontade da Suzano de crescer nesse negócio, uma vez que, ao contrário da Fibria que só faz celulose, ela também converte o produto em papel.”

Para o especialista em comércio exterior e sócio da Barral MJorge Consultoria, Welber Barral, o mais importante será o ganho de competitividade do Brasil no mercado internacional com a enorme sinergia obtida com a fusão.

"A fusão entre duas empresas brasileiras, mantém o País no comando da produção e na posição de liderança desse negócio, mesmo que isso não represente uma grande mudança na balança comercial brasileira", explica Barral.

Empresas dizem que programa do Refis ajuda a pôr fim a disputas

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Companhias beneficiados pelo programa afirmam que dívidas resultam de teses controversas



Logo de um banco do Itaú no Rio de Janeiro - Sergio Moraes/Reuters

Empresas que aderiram ao Refis afirmam que o programa é uma possibilidade de encerrar disputas que se arrastavam por anos com o fisco.

"Referido programa permite a regularização de eventuais débitos fiscais advindos de ações tributárias com teses controversas, como no caso do Banco Alfa", informou o próprio banco.

O Alfa negociou dívida de R\$ 19,7 milhões e, com parcelamento encurtado, obteve abatimento de metade do valor e pagou R\$ R\$ 9,7 milhões.

O Itaú Unibanco, que obteve um desconto de 57% na dívida de R\$ 173 milhões com a Fazenda Nacional, disse que os débitos são fruto de interpretações diferentes na legislação tributária.

"O Itaú Unibanco informa que recolhe todos os tributos em dia e de acordo com o que determina a legislação. Há, no entanto, casos em discussão na esfera judicial, fruto de diferentes interpretações", disse o banco.

Outras empresas, como a JBS, ressaltam que os descontos foram definidos em lei. A empresa da família de Joesley Batista informou que a adesão não tem relação com o acordo de leniência firmado pela holding J&F.

A BR Distribuidora optou pelos "benefícios econômicos oferecidos [pelo Refis], ante as chances de êxito em processos". A companhia inscreveu débitos de PIS, Cofins, INSS e IPI, que totalizaram R\$ 20 milhões.

A BRF enviou nota, distribuída a analistas, informando ter incluído no programa débitos de PIS, Cofins e CSLL e que parcelou em 145 vezes.

A Renault afirmou que não tem dívida com o fisco e que o valor incluído no Refis decorre de negociação referente a um processo judicial.

Petrobras, Santander, Braskem, Marfrig, Ambev, Safra, Volkswagen, Heineken, Amazonas, Bebidas Tatuinho, Cervejaria Petrópolis e Usinas Itamarati não se manifestaram. A Folha não conseguiu contato com a Alimentos Zaeli e com o Banco Rural.

A estimativa do governo para a renúncia fiscal com o Refis era de R\$ 35 bilhões, mas as adesões na categoria de descontos maiores (em menos vezes) já ultrapassaram esse patamar.

BANQUEIRO RECEBE MEGADESCONTO

O banqueiro André Esteves, um dos donos do BTG Pactual, aderiu ao Refis como pessoa física com uma dívida equiparável à do Grupo Pão de Açúcar.

Esteves não quis comentar. Segundo a Procuradoria da Fazenda, ele inscreveu débitos de R\$ 91,9 milhões e comprometeu-se a pagar R\$ 44,5 milhões em seis parcelas.

O Pão de Açúcar abateu 46,7% da dívida de R\$ 92,3 milhões. Procurada, a varejista não havia respondido até a conclusão da edição.

Criptomoedas ainda não são risco para sistema financeiro, diz conselho

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Órgão criado pelo G20 aponta que posição pode ser reavaliada caso uso seja ampliado

As moedas virtuais não representam um risco para a estabilidade financeira mundial, mas isso poderá mudar se elas estiverem mais integradas ao sistema financeiro, disse o Financial Stability Board (FSB, conselho de estabilidade financeira)

A instituição, criada pelo G20 para realizar reformas após a crise de 2007 e 2008, analisou problemas relacionados ao avanço acelerado das criptomoedas.

O estudo, enviado aos Ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais do G20, concluiu que as moedas, como o bitcoin, não oferecem um risco para a estabilidade mundial neste momento.

"Não obstante, o mercado segue evoluindo rapidamente e esta avaliação pode mudar se esses ativos forem utilizados de forma mais ampla e interconectada com o núcleo do sistema financeiro", considera a organização, que é presidida por Mark Carney, presidente do Banco da Inglaterra (Banco Central britânico).

O interesse em criptomoedas aumentou no ano passado, quando os preços delas dispararam – e depois despencaram –, causando alertas por parte de órgãos reguladores.

"Os criptoativos colocam dúvidas sobre a proteção dos consumidores e investidores, e também preocupam pelo fato de que podem ser usadas para atividades ilegais, como a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo", lembra o FSB.

Mas, em um sinal de pouco consenso por uma atitude mais radical, o FSB disse que é necessária mais coordenação internacional para acabar com falhas no monitoramento do setor, que, embora cresça rápido, representou menos de 1% do PIB em seu ponto mais alto.

"As autoridades nacionais começaram a abordar estas questões, mas dada a natureza mundial destes mercados, justifica-se uma maior colaboração."

O objetivo do Conselho de Estabilidade Financeira é fortalecer o setor financeiro para evitar novas crises.

O organismo publica regularmente recomendações para os membros do G20.

A questão das moedas digitais entrou na pauta de reunião do grupo que acontecerá nesta semana em Buenos Aires por pedido de França e Alemanha.

Economia brasileira encolhe 0,56% em janeiro, indica o BC, menos que o esperado

19/03/2018 – Fonte: Reuters

A economia brasileira começou este ano em contração, mas num desempenho melhor que o esperado, em meio às expectativas de retomada do crescimento em 2018.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), encolheu 0,56 por cento em janeiro na comparação com o mês anterior, de acordo com dado dessazonalizado divulgado nesta segunda-feira. A retração foi menor do que a expectativa em pesquisa da Reuters, de queda de 0,80 por cento, na mediana das projeções de especialistas consultados.

Em dezembro, o indicador registrou expansão de 1,16 por cento, em número revisado pelo BC depois de divulgar antes uma alta maior, de 1,41 por cento.

Os diferentes setores da economia tiveram resultados mistos no início do ano, destacando a irregularidade da economia após voltar a crescer em 2017 na sequência de dois anos de profunda recessão.

A produção industrial mostrou a mais forte retração em dois anos ao encolher 2,4 por cento em janeiro, na comparação com dezembro. O volume de serviços recuou 1,9 por cento na mesma base, no pior resultado para janeiro em seis anos.

Por outro lado, as vendas varejistas voltaram a apresentar expansão, de 0,9 por cento, em um ambiente favorecido pela inflação e juros baixos, que ajudam o consumo.

Na comparação com janeiro de 2017, o IBC-Br, que incorpora projeções para a produção nos setores de serviços, indústria e agropecuária, bem como o impacto dos impostos sobre os produtos, teve alta de 2,97 por cento, enquanto que no acumulado em 12 meses apresentou expansão de 1,20 por cento, segundo dados observados.

Para 2018, a pesquisa Focus realizada pelo BC mostra que a expectativa de especialistas é de expansão de 2,83 por cento do PIB, acelerando a 3 por cento em 2019.

Mais da metade dos brasileiros (62%) sentiram que suas despesas eram maiores que seus rendimentos ao menos uma vez nos últimos doze meses. Os dados são de pesquisa elaborada pela Serasa Experian, que mostra também que apesar de ter acesso à informação e saber como deve agir, brasileiro apresenta comportamento financeiro inadequado.

Mais de 60% dos brasileiros gastaram mais do que ganharam em 2017, diz pesquisa

19/03/2018 – Fonte: G1

Para superar revés financeiro, 37% disseram que cortaram orçamento e 23% buscaram renda extra, de acordo com pesquisa da Serasa Experian.



Pesquisa revela que 61 milhões de brasileiros estão com dívidas atrasadas

Em novembro do ano passado, 61,1 milhões de pessoas estavam com dívidas atrasadas no país. Com a inadimplência em recorde histórico, segundo o órgão, os

brasileiros precisaram de jogo de cintura para conseguir pagar suas contas em 2017. Segundo a pesquisa:

- 62% das pessoas sentiram que suas despesas eram maiores que seus rendimentos ao menos uma vez nos últimos doze meses;
- 37% tiveram que fazer cortes;
- 23% tentaram uma renda extra;
- 11% atrasaram ou deixaram de pagar alguma dívida;
- 10% pediram emprestado para amigos ou parentes;
- 7% renegociaram dívidas.

Educação financeira frágil

A pesquisa da Serasa também avaliou os conhecimentos dos brasileiros sobre finanças pessoais por meio do Indicador de Educação Financeira (IDEF). Nesse quesito, a nota do brasileiro em 2017 foi a mesma de 2015: 6,2.

“Não há no país um conjunto de ações suficientes para impactar de forma significativa a educação financeira”, afirma Luiz Rabi, economista da Serasa Experian.

O Indicador considera três subíndices: atitude, conhecimento e comportamento. Um pequeno crescimento aconteceu no primeiro que passou de 6,1 para 6,4. Já conhecimento caiu 0,1, chegando à nota 7,6, enquanto comportamento não teve alteração e permaneceu, como menor nota, em 5,4.

Este último subíndice representa 50% na média ponderada do IDEF e sua estabilidade pode ser a chave para muitas respostas. “O problema da educação financeira do brasileiro é que na prática, ele não se comporta de acordo com seu conhecimento e suas atitudes”, percebe Rabi.

"Apesar da crise que o país passou, com forte recessão, o fato do indicador de educação financeira não ter caído na questão comportamental é um alento. O brasileiro conseguiu contornar alguns efeitos nocivos da crise, como aumento da inflação e desemprego, apertou o cinto, tomou ações defensivas e acabou atravessando essa crise de forma razoável", afirmar o economista.

Quebra de estereótipos

No recorte por gênero, tanto homem como mulher apresentam praticamente a mesma nota em comportamento. “Aquele estereótipo famoso de que os homens, principalmente os casados, reclamam que as mulheres gastam demais é muito mais folclore do que realidade”, afirma o economista.

Quanto maior o nível de escolaridade, maior a nota em conhecimento, no entanto no comportamento, a nota é mesma entre todos os níveis.

Caminhos para virar o jogo

Para mudar o cenário, o economista vê alguns caminhos possíveis. Um deles é inserir os conceitos de educação financeira desde a educação fundamental. Assim, novas gerações estarão cada vez mais familiarizadas com o assunto. “Isso é feito nos países desenvolvidos. Quanto mais cedo, mais eficiente vai ser a longo prazo”.

Numa visão mais imediata, Rabi aposta na modificação da lei do cadastro positivo, que prevê a criação de um histórico financeiros dos bons pagadores - hoje isso existe para os inadimplentes, mas não há dados centralizados para quem está com as contas em dia.

“Isso vai forçar as pessoas a terem mais cuidado com seus pagamentos, já que a taxa de juros passa a ser compatível com seu comportamento financeiro”.

Rabi acredita que a questão é similar ao uso do cinto de segurança nas décadas passadas. Após uma grande campanha comportamental, que incluiu até penalidades (as multas), as pessoas passaram a usar o cinto. "O comportamento pode ser modificado, mas leva tempo e é necessário um investimento muito grande do governo e dos órgãos ligados à questão", finaliza o economista.

Serviços operam 12,4% abaixo do pico registrado em novembro de 2014, diz IBGE

19/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O setor de serviços ainda opera 12,4% abaixo do pico de atividade registrado em novembro de 2014, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao mesmo tempo, o patamar atual está apenas 1,5% acima do ponto mais baixo da série, que foi alcançado em março de 2017.

"Os serviços ainda estão muito mais próximos do ponto mais baixo do que do pico de operação", ressaltou Rodrigo Logo, analista da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE. "Os serviços encolheram 11% nos três últimos anos, ensaiaram algum tipo de melhora, e agora há espalhamento dessas quedas. Os serviços caem em todos os tipos de comparação", completou.

Na passagem de dezembro de 2017 para janeiro de 2018, o volume de serviços prestados caiu 1,9%, o pior desempenho desde março do ano passado.

"Apesar da queda, os serviços não devolvem integralmente o ganho de 2,5% acumulado em novembro e dezembro do ano passado", observou Lobo.

Segundo ele, a base de comparação mais elevada explica o ajuste nos serviços em janeiro. O volume tinha crescido 1,0% em novembro, seguido de nova alta de 1,5% em dezembro.

"Observamos um maior número de fechamento de contratos em dezembro de 2017 de maneira espalhada entre as atividades", justificou o analista do IBGE.

Mais quedas

O resultado de janeiro ante dezembro fora do intervalo é muito pior do que a mediana das estimativas do mercado financeiro, captadas pelo Projeções Broadcast. As previsões na série com ajuste sazonal variavam de recuo de 0,80% a crescimento de 1,00%. A mediana encontrada a partir de 15 expectativas ficou negativa em 0,30%.

A queda na passagem de dezembro de 2017 para janeiro de 2018 foi o pior desempenho desde março do ano passado, quando houve recuo de 2,7%, segundo os dados do IBGE.

Na comparação com janeiro do ano anterior, houve redução de 1,3% em janeiro deste ano, já descontado o efeito da inflação. Também nessa base de comparação, o dado surpreendeu negativamente. O intervalo das 19 previsões captadas pelo Projeções Broadcast ia de declínio de 0,40% a incremento de 2,40%, com mediana de alta de 0,80%.

A taxa acumulada pelo volume de serviços prestados no ano ficou negativa em também em 1,3%, enquanto o volume acumulado em 12 meses registrou perda de 2,7%. Apesar de negativa, esta última taxa manteve a trajetória ascendente iniciada em abril de 2017, quando recuava 5,1%.

Desde outubro de 2015, o órgão divulga índices de volume no âmbito da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Antes disso, o IBGE anunciava apenas os dados da receita

bruta nominal, sem tirar a influência dos preços sobre o resultado. Por esse indicador, que continua a ser divulgado, a receita nominal caiu 2,3% em janeiro ante dezembro. Na comparação com janeiro do ano passado, houve alta na receita nominal de 1,2%.

A taxa acumulada em 12 meses, porém, manteve a trajetória ascendente iniciada em abril de 2017, quando recuava 5,1%. A taxa passou de recuo de 2,8% em dezembro para 2,7% em janeiro.

Artigo: Poupança e escolha

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para heterodoxos, poupança da China é alta porque o câmbio é artificialmente desvalorizado



ilustração - Arte Folha

O clássico “Teoria da Taxa de Juros”, de Irving Fisher, para muitos o maior economista americano de seu tempo, estabeleceu os termos da teoria da formação da taxa de juros e da poupança.

A poupança —deixar de consumir parte da renda que se tem— envolve escolha entre o presente e o futuro. Essa escolha é influenciada pelas instituições de cada sociedade e pela percepção de risco dos indivíduos.

Sociedades em que a maior parte da população está em idade de trabalhar poupam mais do que sociedades envelhecidas ou com muitas crianças. Também o desenho dos seguros públicos influencia as escolhas ao longo do tempo: em geral a poupança familiar é baixa em sociedades quando o sistema público garante aposentadoria com taxa de reposição próxima de 100% —razão entre o benefício previdenciário e a renda na atividade.

Trabalho recente sugere que boa parcela da elevação da taxa de poupança chinesa nas últimas décadas pode ser explicada pela interação entre a queda do número de filhos, em razão da política de filho único, e as limitações da seguridade social chinesa para a terceira idade.

Há motivos microeconômicos que afetam a decisão de poupar que podem parecer bizarros à primeira vista.

Por exemplo, há evidências de que o desbalanceamento de sexos na China, resultado da preferência das famílias por filhos homens, explica parte da elevação da poupança no país. As famílias que têm meninos precisam adquirir uma moradia para que o seu filho seja mais atraente no mercado de casamentos.

Assim, há sólida evidência de que o modelo básico de Fisher, com ajustes para as especificidades institucionais de cada sociedade, explica perfeitamente bem as diferenças de comportamento de consumo e poupança, entre as diferentes sociedades.

Na academia brasileira, difundiu-se leitura heterodoxa da obra de Keynes que considera que a poupança macroeconômica, isto é, a diferença entre a renda nacional

total e o consumo, não resulta dos incentivos. A poupança seria um resíduo em que os incentivos, as escolhas individuais e, conseqüentemente, a escolha entre o presente e o futuro não teriam nenhum papel em sua determinação.

Em última instância, as famílias chinesas poupam metade de sua renda disponível não devido às necessidades de acumular recursos para a aposentadoria, custear o estudo superior dos filhos, se preparar para emergências com saúde etc.

Na visão delirante dos heterodoxos brasileiros, a poupança chinesa é elevada porque o câmbio é artificialmente desvalorizado, a conta de capital é fechada, os juros são baixos e, talvez, devido ao fato de boa parcela do setor produtivo ser estatal. Não me pergunte qual a relação desses itens com a escolha das famílias de consumir somente metade de suas rendas.

Assim, para a heterodoxia brasileira, nós poderíamos replicar por aqui as políticas macroeconômicas chinesas sem problemas, pois naturalmente a poupança iria se elevar e faria com que a conta fechasse.

Tentamos esse diagnóstico no primeiro mandato de Dilma. Os resultados foram ruins.

A leitura padrão é mais aderente aos fatos. Os incentivos microeconômicos e a percepção de risco determinam a poupança. Sociedades com poupança elevada apresentam juros reais de equilíbrio baixos.

Há, portanto, espaço para que os formuladores de política econômica operem em regime de câmbio fixo ou fortemente administrado, fechem a conta de capital e pratiquem juros baixos. A causalidade é a inversa da que os heterodoxos pensam.

Samuel Pessôa - É formado em física e doutor em economia. É pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

FOCUS-Mercado corrobora aposta de corte de 0,25 p.p. da Selic, a 6,50%, nesta semana

19/03/2018 – Fonte: Reuters

O mercado consolidou a expectativa de novo corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros na reunião desta semana do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, para nova mínima histórica de 6,5 por cento, diante das expectativas de inflação mais fraca.

Pesquisa Focus do BC divulgada nesta segunda-feira mostrou ainda que a expectativa de economistas de instituições financeiras é de que a Selic fechará este ano a 6,50 por cento e 2019 a 8 por cento, mantendo a visão da semana passada.

O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, mudou suas contas de médio prazo e passou a ver corte de 0,25 ponto nesta semana também, com a taxa fechando o ano a 6,50 por cento. Para o fim de 2019, passou a ver a taxa básica a 8 por cento, sobre 9 por cento na pesquisa anterior.

A fraqueza da inflação corrobora o cenário de mais um corte na Selic. A conta para a alta do IPCA este ano foi reduzida a 3,63 por cento, sobre 3,67 por cento, enquanto que para 2019 foi mantida em 4,20 por cento.

Em relação à economia, também houve redução na projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, a 2,83 por cento, sobre 2,87 por cento antes. Para 2019, as projeções de expansão foram mantidas em 3 por cento.

Veja abaixo as principais projeções do mercado para a economia brasileira, de acordo com a pesquisa semanal do Banco Central com cerca de 100 instituições financeiras.

IGP-M acelera alta a 0,59% na 2ª prévia de março com salto no preço de alimentos no atacado

19/03/2018 – Fonte: Reuters

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) acelerou a alta a 0,59 por cento na segunda prévia de março, após variação positiva de 0,03 por cento no mesmo período do mês anterior, diante de forte alta em alimentos in natura no atacado, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta segunda-feira.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60 por cento do índice geral e apura a variação dos preços no atacado, acelerou a alta a 0,83 por cento no período, sobre recuo de 0,13 por cento na segunda leitura de fevereiro.

No IPA, segundo a FGV, os Bens Finais avançaram em média 0,41 por cento na segunda leitura de março, depois de caírem 0,74 em fevereiro, movimento impactado pela alta nos preços de alimentos in natura, que saltaram 8,47 por cento, sobre deflação de 3,62 por cento.

Já a pressão ao consumidor diminuiu depois que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30 por cento no índice geral, passou a subir 0,12 por cento na segunda prévia de março, contra avanço de 0,35 por cento no mesmo período de fevereiro.

Seis das oito despesas que compõe o índice registraram decréscimo na segunda prévia de março, com destaque para o grupo Educação, Leitura e Recreação que recuou 0,42 por cento, ante alta de 1,21 por cento em fevereiro.

O grupo Alimentação também registrou queda de 0,16 por cento, ante alta de 0,13 por cento, influenciado pela aceleração da queda nos preços de carnes bovinas.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), por sua vez, avançou 0,20 por cento, de 0,26 por cento na segunda prévia de janeiro.

O IGP-M é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de aluguel de imóveis.

A segunda prévia do IGP-M calculou as variações de preços no período entre os dias 21 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Câmbio para fim de 2018 segue em R\$ 3,30, aponta Focus

19/03/2018 – Fonte: EM.com

O Relatório de Mercado Focus divulgado na manhã desta segunda-feira, 19, pelo Banco Central (BC), mostrou que a projeção para a cotação da moeda americana no fim de 2018 seguiu em R\$ 3,30 pela sétima semana consecutiva.

O câmbio médio de 2018 permaneceu em R\$ 3,28 ante os mesmos R\$ 3,28 de um mês atrás, aponta o levantamento do BC.

No caso de 2019, a projeção dos especialistas do mercado financeiro para o câmbio no fim do ano continuou em R\$ 3,39 -, também a mesma registrada quatro semanas atrás. Já a expectativa para o câmbio médio segue em R\$ 3,34 há quatro semanas.

Atividade econômica cai 0,56% em janeiro

19/03/2018 – Fonte: Tribuna PR



Atividade econômica recuo 0,56% em janeiro na comparação com dezembro, mas cresceu 2,97% em relação a janeiro de 2017 Arquivo/Agência Brasil

A atividade econômica iniciou o ano em queda. De acordo com dados divulgados hoje (19) pelo Banco Central (BC) na internet, o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) dessazonalizado (ajustado para o período) registrou retração de 0,56% em janeiro, comparado a dezembro.

Na comparação com janeiro de 2017, houve crescimento de 2,97%, de acordo com os dados sem ajustes já que a comparação é entre períodos iguais.

Em 12 meses encerrados em janeiro, houve expansão de 1,2% nos dados sem ajustes. O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar suas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic.

O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de três setores da economia: indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

Mas o indicador oficial sobre o desempenho da economia é o Produto Interno Bruto (PIB), – a soma de todas as riquezas produzidas no país –, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Leão morde o resgate do PGBL

19/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Não é novidade, mas muitos só entendem quando sentem a dor



Ilustração Marcia Dessen - Fernando de Almeida/Folhapress

Antonio resgatou sua aplicação no PGBL. Nem acredita que já se passaram 15 anos desde que fez o primeiro depósito no plano de **previdência**, duvidando de que seria capaz de esperar os dez anos exigidos para pagar 10% de Imposto de Renda, aplicável a quem escolhe a tabela regressiva.

Com renda anual tributável de R\$ 100 mil, Antonio investiu 12% em PGBL, visando se beneficiar do incentivo fiscal que reduz o IR a pagar na declaração. Depositou R\$ 12 mil por ano, durante cinco anos. Não fez nenhum aporte adicional e deixou o dinheiro lá, rendendo taxa de juros média nominal de 9% ao ano.

Decorridos 15 anos, o saldo acumulado é de R\$ 352.330, dos quais R\$ 60 mil (R\$ 12 mil x cinco anos) se referem ao valor aplicado, mais juros de R\$ 292.330, que a fantástica capitalização dos juros compostos foi capaz de produzir.

Antonio imaginava pagar Imposto de Renda de cerca de R\$ 29 mil (10% sobre os rendimentos), mas levou um susto quando o leão ficou com R\$ 35.233, 10% de todo o valor de resgate, e não apenas sobre os juros, regra aplicável ao VGBL e outros produtos de investimentos.

Foi só então, 15 anos depois da compra do plano, que ele entendeu o tal benefício fiscal do produto. Chegou a hora de pagar o Imposto de Renda sobre os R\$ 60 mil que foram deduzidos da base de cálculo, anos atrás. A Receita não deixa de tributar essa quantia, apenas adia a cobrança do imposto para a data do resgate, quando cobrará o IR devido sobre o capital investido, acrescido dos rendimentos.

Passado o susto inicial, Antonio considerou que foi uma boa estratégia. Como optou pela tabela regressiva, trocou uma alíquota de 27,5% (na declaração) por uma de 10% (exclusiva na fonte), prêmio por ter esperado mais de dez anos para resgatar o plano.

O resgate líquido de Antonio foi de R\$ 317.097, mais dinheiro do que receberá seu amigo José, que fez aplicação quase idêntica. A diferença entre a estratégia dos amigos foi o regime de tributação. José não queria se comprometer com a espera de dez anos para reduzir a carga tributária. Optou pela tabela progressiva, cujo imposto é definido em razão da renda, e não do prazo.

Assim como Antonio, José acumulou um valor bruto de R\$ 352.330. No resgate, a instituição financeira recolheu Imposto de Renda na fonte de 15%. A base de cálculo é a mesma de Antonio, o valor total de resgate, gerando um recolhimento de R\$ 52.850. Mas a prestação de contas de José com o leão não termina aqui.

Como o regime de tributação da tabela progressiva é tributável, a renda auferida por José será adicionada aos demais rendimentos tributáveis na declaração de ajuste anual, e a alíquota será definida de acordo com a faixa de renda. No caso de José, 27,5%.

Ignorando outras rendas tributáveis e fazendo uma conta grosseira, o Imposto de Renda de José será de aproximadamente R\$ 96 mil. O imposto recolhido na fonte (R\$ 52.850) será compensado, restando pagar imposto adicional de R\$ 43.150. Examinando isoladamente o PGBL, essa será a carga tributária, mas o valor poderá ser menor, dependendo das despesas dedutíveis de José.

Duas lições aprendidas: 1) a dedução do valor aplicado tem caráter de diferimento, ou seja, o pagamento do imposto incidente sobre o montante investido no plano continua sendo devido, porém postergado; 2) as tabelas, regressiva ou progressiva indicam apenas a alíquota do imposto que será pago na fonte.

O regime de tributação, tributável ou exclusivo de fonte, indica como serão tratados os rendimentos na declaração de ajuste final na declaração de ajuste anual da pessoa física, momento em que saberemos, com exatidão, o tamanho da mordida do leão no seu plano de previdência.

Marcia Dessen - É planejadora financeira pessoal, diretora do Planejar e autora de 'Finanças Pessoais: o que Fazer com Meu Dinheiro'.

Conta de luz pode subir mais de 20% e ter peso extra no bolso do consumidor

19/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Segundo estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o reajuste médio nas contas ficará acima de 10% este ano. Em alguns casos, a alta deve superar os 20%



Em um ano de inflação baixa, a conta de luz deve ter um peso extra no bolso dos consumidores. Segundo estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o reajuste médio nas contas ficará acima de 10% este ano. Em alguns casos, a alta deve superar a casa dos 20%.

As razões para esse aumento, muito acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) previsto para o ano, são a falta de chuvas, que levou ao acionamento de usinas térmicas, muito mais caras que as hidrelétricas, mas também os subsídios embutidos na conta de luz, que não param de crescer, e segundo executivos do setor, erros de planejamento.

De acordo com Romeu Rufino, presidente da agência, os aumentos da conta de energia devem ter comportamento semelhante aos autorizados para os clientes fluminenses da Light e Enel Rio. Nesta semana, a Aneel autorizou um aumento tarifário médio de 10,36% nas tarifas da Light, que atende a cidade do Rio e outros 30 municípios do Estado. Na Enel Rio, que fornece energia para Niterói e outras 66 cidades fluminenses, a alta, em média, foi de 21,04%.

A diferença entre os índices autorizados para cidades tão próximas tem explicação. Na Light, houve reajuste ordinário, que é feito todos os anos. Já para a Enel Rio foi realizada a revisão tarifária, processo que é realizado de quatro em quatro anos para manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Nas revisões, as empresas são reembolsadas por investimentos feitos na expansão da rede e na melhoria dos serviços.

Segundo Rufino, os consumidores, de forma geral, devem esperar comportamento semelhante ao verificado nos casos da Light e da Enel Rio. Os reajustes anuais devem ser da ordem de 10%. É o caso de empresas como Eletropaulo (São Paulo) e Copel (Paraná), por exemplo. Mas, para aqueles atendidos pelo grupo de empresas que vão passar por revisão tarifária, a alta deve ser de cerca de 20% – caso da Cemig (Minas), RGE Sul (Rio Grande do Sul) e Energisa (em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), entre outras.

Gestão

Diversos fatores explicam o aumento, mas há uma avaliação de que falhas cometidas na gestão do setor elétrico no passado têm causado impacto nas tarifas até hoje. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, lembra que principalmente nos últimos anos da gestão Dilma Rousseff foram realizados leilões para contratação de novas usinas e linhas em nível bem acima do necessário, por conta da recessão. Segundo ele, somente no ano passado o consumo de energia voltou aos patamares registrados em 2014.

“Perdemos três anos de crescimento por causa da recessão. Parte desses custos da tarifa hoje serve para pagar reforços nos sistemas de geração e transmissão que vieram para atender a um mercado que não se concretizou”, afirmou Barroso.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Pedrosa, reconhece que o aumento tarifário desagradou à população, mas reafirma que o governo não adotará nenhuma medida intervencionista para maquiagem dos preços. “Já se enganou muito o consumidor a respeito do custo da energia. Infelizmente, só agora a verdade apareceu”, afirmou.

Regional

Rufino, da Aneel, faz fortes críticas aos subsídios, cobrados por meio de encargos setoriais. Os subsídios vão custar R\$ 18 bilhões neste ano, 30% mais que no ano passado, e serão integralmente pagos pelos clientes. Isso significa que o consumidor residencial paga uma conta mais cara para que seja possível oferecer descontos para agricultores, irrigantes, produtores de carvão, geradores de energias renováveis, além de distribuidoras no Norte, que utilizam termoelétricas a diesel e óleo combustível.

“Todas as empresas já estão condenadas a um aumento de 2,5 pontos percentuais por conta dos encargos setoriais. Os subsídios não param de crescer e já têm peso de 20% nas tarifas”, disse Rufino.

O presidente da Aneel destacou ainda que, além da seca, que reduziu o uso de hidrelétricas e levou ao acionamento das termoelétricas, mais caras, a decisão do governo Temer de cobrar bônus de outorga das usinas que foram licitadas também elevou os custos de geração, pois as empresas que compram os empreendimentos em leilão repassam essa cobrança à tarifa final. “Só o leilão das usinas da Cemig teve impacto de 1 ponto percentual nas tarifas.”

Pedrosa, do MME, admite que isso encarece as tarifas, mas disse que parte do ganho vai gerar abatimentos futuros na conta de luz. Ele destacou que a pasta enviou à Casa Civil um projeto de lei com o novo modelo do setor elétrico, que busca resolver passivos do passado, reduzir o peso dos subsídios e promover a competição e a eficiência no setor.

‘Será uma explosão tarifária’, prevê Abrace

19/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente executivo da Associação de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Edvaldo Santana, disse que o aumento das tarifas será ainda maior para as indústrias, entre 20% e 25%. “Será uma explosão tarifária”, afirmou. “Tivemos um erro brutal de planejamento, com contratação de energia quando não tinha demanda. E o governo e a Aneel não conseguem criar medidas para controlar o crescimento dos encargos setoriais”, afirmou.

Para reduzir o custo da eletricidade, o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, defende a abertura do mercado livre. Nesse modelo, o consumidor continuaria a ser atendido pela distribuidora, mas poderia optar por comprar energia de outras empresas.

“O sistema do mercado livre é mais competitivo. Se alguém tenta passar custos excessivos, perde o cliente”, afirmou, ressaltando que o modelo já é usado em países da Europa e alguns Estados americanos.

Estudo da Abraceel afirma que cerca de 182 mil pequenas e médias indústrias e estabelecimentos comerciais do País poderiam economizar R\$ 10,5 bilhões em energia se pudessem migrar para o mercado livre em 2021. O prazo previsto pelo governo é 2026.

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, disse que os maiores vilões da tarifa são os subsídios, os impostos e os erros de políticas do passado, como a indenização das transmissoras de energia.

“Temos de ter realismo tarifário, mas deveríamos aproveitar esse momento para repensar a questão dos subsídios. Há muitos setores que não precisam mais desse benefício”, disse.

Só 0,027% dos consumidores aptos aderiram à tarifa branca no primeiro mês de vigência

19/03/2018 – Fonte: G1

Em janeiro, houve 1.228 pedidos para inclusão no programa, que reduz custo da energia consumida fora do horário de pico. Ao todo, 4,5 milhões podem aderir em 2018.

As distribuidoras de energia receberam em janeiro **1.228 pedidos de adesão** à tarifa branca, programa que permite ao consumidor pagar mais barato pela energia consumida fora do horário de pico.

Esse número representa apenas **0,027% dos 4,5 milhões de consumidores aptos** a participar em 2018, primeira fase do programa.

A tarifa branca começou a vigorar em janeiro e, até o momento, as distribuidoras só possuem o balanço de adesões daquele mês.

Como funciona?

O sistema foi criado para incentivar a redução do consumo de energia nos horários de grande demanda e, assim, reduzir a necessidade de investimentos no setor elétrico e de acionamento de termelétricas.

Pelo sistema convencional, o custo da energia é o mesmo para o consumidor, independente do horário em que ela é usada. Já quem adere à tarifa branca passa a pagar um preço mais baixo que o da tarifa convencional pela eletricidade consumida nos horários de baixa demanda - esse horário diferente para cada distribuidora mas varia, mais ou menos, entre 18h e 21h.

Por outro lado, quando consumida dentro do horário de alta demanda, o custo da energia é mais alto que o da tarifa convencional.

A liberação das adesões à tarifa branca está sendo feita de maneira progressiva. Veja o cronograma:

- **2018:** quem consome mais que 500 kWh por mês.
- **A partir de janeiro de 2019:** quem consome mais que 250 kWh/mês.
- **A partir de janeiro de 2020:** todos os consumidores residenciais e de comércio terão acesso à tarifa branca, exceto os de baixa renda, que hoje têm tarifa subsidiada e não teriam vantagem com a mudança.

Segundo levantamento das distribuidoras de energia elétrica, dos 1.228 clientes que aderiram à tarifa branca 1.127 eram usuários do sistema convencional e pediram a mudança. Os outros 101 são novas ligações, ou seja, clientes que foram direto para a tarifa branca sem passar pelo sistema convencional.

Falta de informação

Para o presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, a baixa adesão no primeiro mês não surpreende. Segundo ele, ainda falta informação para o consumidor.

Para a maioria das pessoas, disse Leite, o sistema não valerá a pena porque nem sempre há a disposição ou a possibilidade de mudar os hábitos de consumo. Apesar da baixa procura no primeiro mês, Leite lembrou que ainda estamos no início do processo.

"Tem um potencial para aumentar a adesão", disse. Ele questionou, no entanto, como a tarifa foi regulamentada, prevendo que consumidores obtenham vantagens mesmo sem alterar sua rotina de consumo.

"Tem um conjunto de consumidores que será beneficiado com uma redução de tarifa sem fazer nenhum esforço. São consumidores que já usam energia fora do horário de ponta", ponderou.

Mercado prevê IBC-Br negativo em janeiro

19/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) deve começar o ano no negativo, conforme a maioria das expectativas coletadas pelo Projeções Broadcast para o dado de janeiro. Ante dezembro com ajuste sazonal, o intervalo de 28 estimativas para o IBC-Br vai de queda de 2,60% a expansão de 0,20%, com mediana negativa de 0,80%. O Banco Central (BC) divulga o IBC-Br do primeiro mês de 2018 nesta segunda-feira, 19.

Os números negativos foram consenso entre os indicadores mensais de atividade em janeiro. A produção industrial recuou 2,4%, o varejo ampliado teve queda de 0,1% e o volume de Serviços prestados caíram 1,9%, todos em relação a dezembro, com ajuste sazonal.

O economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, estima queda de 0,3% para o IBC-Br em janeiro na comparação com dezembro e aumento de 2,40% ante igual mês de 2017. Segundo ele, a projeção se explica por uma combinação negativa do desempenho da indústria e dos Serviços no primeiro mês do ano.

"O setor de Serviços segue com uma recuperação bastante frágil devido ao ainda elevado desemprego e a indústria segue um processo de retomada moderada", diz Agostini.

Analistas esperam que a Bolsa renda quase 4 vezes mais que a renda fixa em 2018

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Segundo estimativas, Ibovespa pode terminar 2018 perto ou até acima dos 110 mil pontos



Pessoas acompanham painel de informações com gráficos de desempenho das ações na BM&F Bovespa - REUTERS/Paulo Whitaker

O investidor que tiver estômago para aguentar a volatilidade no mercado acionário brasileiro daqui até o fim do ano, suportando crises internacionais e a turbulência das eleições, poderá ganhar quase cinco vezes o que ganharia na renda fixa, como títulos públicos atrelados à Selic.

A perspectiva é de analistas ouvidos pela **Folha**, que consideram um Ibovespa, índice das ações mais negociadas da Bolsa, encerrando o ano em 110 mil pontos —na última sexta (16), fechou a 84.886 pontos.

Caso essa valorização se materialize, representaria um ganho de quase 30% em relação ao patamar atual. Neste ano, o Ibovespa acumulava alta de 11,1% até sexta. Já na renda fixa, a expectativa é que o juro básico da economia encerre 2018 a 6,5%, após o corte previsto da Selic na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) que termina nesta quarta-feira (21).

Lucro das empresas

Os 110 mil pontos estão no panorama mais otimista dos analistas da Guide Investimentos, que contempla um crescimento do lucro das empresas da ordem de 35%, o que alavancaria o valor das ações das companhias e ajudaria a impulsionar a Bolsa.

No cenário-base —ou seja, não tão otimista—, a Guide considera o lucro crescendo 20% no ano, deixando o Ibovespa em torno de 97 mil pontos no final do ano.

Ronaldo Patah, estrategista de investimentos do UBS Wealth Management, vê o lucro das empresas crescendo no mesmo patamar, mas espera que a Bolsa termine o ano na casa de 92 mil pontos.

Só que essa ascensão pode ter doses de emoção, com oscilações ao longo do ano. “Pesquisas eleitorais irão mexer com o mercado, o banco central americano deve subir juros três ou quatro vezes em 2018”, diz Ignacio Crespo, economista da Guide.

Mais cautelosa com as eleições deste ano e com possíveis alterações de humor do presidente dos EUA, Donald Trump, a Eleven Financial vê o Ibovespa entre 87 mil e 90 mil pontos no final do ano.

Oscilações

O mercado espera que o Fed, o banco central dos EUA, faça a primeira alta dos juros, hoje na faixa de 1,25% a 1,5% ao ano, nesta quarta (21). Bolsas de mercados emergentes, como o Brasil, podem ficar voláteis com migração de investimentos para os EUA.

Essas oscilações, porém, já estão previstas e não alteram as perspectivas, apesar do risco de guerra comercial entre Estados Unidos e China ou da volta da inflação nos EUA.

Patah, do UBS, afirma que a avaliação do mercado é que esses riscos não irão se consolidar, fazendo o fluxo de investimentos se manter para os países emergentes.

Além disso, para o estrangeiro, a Bolsa brasileira está “uma verdadeira pechincha”, nas palavras de Raphael Figueredo, sócio-analista da Eleven, que acha possível o mercado acionário entrar em uma zona mais forte de retomada se houver uma boa atuação do investidor de fora.

Já a BlackRock estima que, em dólares, a Bolsa está 45% abaixo do pico, com espaço para crescer mais. Barata, a Bolsa deve atrair capital externo, ajudando a impulsionar as ações.

Armando Senra, diretor da BlackRock para América Latina e Ibéria, diz que a gestora está otimista com o país. “O Brasil tem um grande mercado de capitais, o que atrai investidores”, afirma.

Consumo interno

O país é um dos favoritos porque, entre outros pontos, tem inflação controlada (no acumulado dos últimos 12 meses o índice está abaixo de 3%, inferior ao piso da meta) e os juros, em 6,75%, baixos.

Inflação baixa e juros baratos estimulam os gastos das famílias, que ficaram represados na crise. O desemprego também diminuiu — hoje está em 12,2%—, reforçando o poder de compra da população e ajudando a criar uma certa proteção contra possíveis oscilações externas.

O cenário põe o país na mira da Franklin Templeton, gestora que, diz Michael Hasenstab, seu vice-presidente executivo e diretor global de investimentos em renda fixa, foca em emergentes “com resiliência a choques externos.”

“A taxa de juros relativamente menor e um ambiente externo positivo devem dar apoio ao crescimento do Brasil. As famílias estão com mais capacidade de consumir após anos de desalavancagem”, afirma Hasenstab.

Senra, da Franklin Templeton, porém, pondera que as eleições trazem um grau de incerteza e que seria importante implementar reformas como a da Previdência. “Mas queremos crescer nossa exposição ao Brasil, é um mercado muito grande. Temos que ter posições aqui”.

Já Raymundo Magliano Neto, presidente da Magliano Invest, avalia que a Bolsa possa chegar aos 220 mil pontos em 2022, caso um candidato pró-mercado vença as eleições presidenciais deste ano.

“Na minha visão, a recuperação da Bolsa, que começou em 2016, deve repetir o cenário de crescimento que acompanhamos de 2002 a 2008”, diz o executivo.

Investidor não deve tentar acertar quando entrar na Bolsa

Mesmo com perspectivas positivas para a Bolsa, os pequenos investidores não devem tentar chutar o momento certo para comprar ações de olho em uma potencial valorização do papel, segundo recomendam profissionais do mercado financeiro.

“O mercado, ainda mais o brasileiro de renda variável, que depende de fluxo externo, não é para amadores operarem no curto prazo”, diz Eduardo Levy, diretor da gestora Rio Bravo.

Isso porque as oscilações da Bolsa impedem que o investidor saiba o momento exato de entrar.

“Experiências e estudos mostram que acertar a hora certa de entrar é muito difícil. A dica é não tentar fazer isso, porque há fatores que ninguém tem controle”, afirma Vinícius Maeda, diretor de relações com investidores da plataforma Magnetis.

A avaliação é a mesma de Rogério Manente, gerente de home broker da Socopa.

“Quem decide entrar não pode depender do preço que a Bolsa está agora. Não vai acertar. Tem que entrar se tiver cabeça de longo prazo, porque aí tanto faz se a Bolsa subiu três vezes na semana ou 20 vezes no ano. A variação ficará pequena”, diz.

A dica, então, é definir por quanto tempo o investidor consegue deixar o dinheiro aplicado em renda variável. “Recursos que podem ser necessários em menos de três anos não devem ser alocados em ação, porque vai haver volatilidade”, afirma Maeda, da Magnetis.

Sem entender seu perfil de investidor e com pouco tempo para acompanhar o mercado, é fácil cometer erros no mercado financeiro, diz Jayme Carvalho, diretor da associação Planejar.

"Evitamos fazer aplicação em ativos de curto prazo. Entendemos que, como se trata de renda variável, o investidor pode entrar em uma janela em que a Bolsa já tenha subido muito", diz.

"O investidor pode cair em erro quando investe por impulso, como quando a Bolsa está subindo e ele não quer ficar de fora da festa."

Efeito manada

Investir em renda variável também exige que o poupador tenha sangue frio para suportar fortes volatilidades no mercado. Um dia após a notícia da delação do empresário Joesley Batista, do grupo JBS, a Bolsa acionou o mecanismo de circuit breaker, usado quando o índice Ibovespa cai ou sobe mais de 10%.

"Vender por efeito manada é um erro. Não há dúvida de que o investidor precisa entender o cenário para a empresa", afirma Levy, da Rio Bravo.

Por outro lado, se não tiver tempo para analisar bem cada papel e as perspectivas para a Bolsa, pode ser uma boa estratégia delegar essa tarefa a um profissional.

"O investidor individual nunca sabe mais que uma mesa de gestores e analistas trabalhando todo dia", diz.

Quem estiver disposto a aplicar por conta própria deve se dedicar, diz Pedro Guilherme, analista da Ativa Investimentos. "Tem que ler muito sobre as empresas e macroeconomia, analisar as projeções dos setores antes de determinar se vai investir ou não."

CMN define que TJLP não pode ser usada em novos contratos

19/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O novo cálculo do Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) vai influenciar a referência de juro para uma carteira que atualmente tem cerca de R\$ 500 bilhões em financiamentos. O consultor do departamento de regulação do sistema financeiro do Banco Central, Cleofas Salviano, explicou que, se fosse calculada hoje, a TJLP com a nova metodologia teria patamar "muito próximo" da atual taxa em vigor que está em 6,75% ao ano.

A TJLP não vale mais para novas operações – que agora seguem a Taxa de Longo Prazo (TLP), mas ainda serve de referência para a citada carteira próxima a meio trilhão de reais em operações de crédito do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e financiamentos do Tesouro Nacional ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo Salviano, a maturidade média dessa carteira que segue a TJLP é de cinco anos, mas há operações com prazo bem superior, como 30 anos.

STJ suspende ações de poupadores até implantação de sistema de adesão a acordo

19/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiram suspender o exame dos processos relativos à restituição dos expurgos das cadernetas de poupança, até o início de funcionamento da plataforma eletrônica de adesão dos

poupadores ao acordo firmado entre entidades de defesa do consumidor e representantes dos bancos no Supremo Tribunal Federal.

As informações foram divulgadas no site do STJ. Após a implantação da plataforma, as partes poderão ser intimadas para que digam se querem aderir ao acordo ou se preferem a continuidade do julgamento pela Corte.

Os processos discutem a devolução de diferenças de correção monetária da poupança decorrentes dos planos econômicos dos anos 1980 e 1990.

Homologado pelo Plenário do Supremo no dia 1.º de março, o acordo para pagamento das diferenças dos expurgos inflacionários prevê o prazo total de dois anos para que os poupadores possam aderir aos seus termos.

Em relação aos novos processos sobre o tema que chegarem ao STJ, assim como aqueles que ainda não foram distribuídos aos gabinetes dos ministros, a Segunda Seção decidiu que serão devolvidos às instâncias de origem, "para que lá aguardem a manifestação das partes durante os próximos dois anos".

Mediante concessões mútuas, o acordo prevê que os bancos pagarão aos poupadores os valores correspondentes aos expurgos inflacionários da poupança relativos aos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor II (1991).

Em contrapartida, as partes concordaram em pleitear a extinção das ações judiciais individuais e coletivas que discutem os expurgos.

Estima-se que cerca de um milhão de processos sobre o tema estejam em tramitação no momento.

Além da Confederação Nacional do Sistema Financeiro e da Federação Nacional dos Bancos, assinaram o acordo 11 entidades de defesa do consumidor e associações como a Frente Brasileira pelos Poupadores.

Os pagamentos serão feitos de forma escalonada e mediante habilitação em sistema eletrônico.

O pacto teve a mediação da Advocacia-Geral da União, com a intervenção do Banco Central.

Tema de maior relevância hoje no G-20 é o mercado internacional, diz Meirelles

19/03/2018 – Fonte: EM.com

O principal tema a ser debatido nesta segunda-feira, 19, na reunião do G-20 (grupo que reúne as vinte maiores economias do mundo) em Buenos Aires, na Argentina, é o comércio internacional. A afirmação foi feita pela manhã pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em entrevista à Rádio CBN.

"O tema de maior relevância hoje no Mercosul será o comércio internacional", disse o ministro, direto da Argentina. Ao se referir à sobretaxação das importações do aço e do alumínio pelo governo dos Estados Unidos, Meirelles disse que as "medidas protecionistas tomadas recentemente acabam voltando ao debate" num momento em que os países de todo mundo discutem e anseiam uma maior abertura comercial.

"Acredito que haverá um comunicado sobre a abertura comercial no fim da reunião do G-20", disse o ministro da Fazenda. Meirelles afirmou ainda que o Brasil está analisando a hipótese de impetrar uma ação contra os EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC), mas que por enquanto a recomendação é esperar um pouco mais

para que os EUA deixem claro o que realmente querem. "Os Estados Unidos precisam deixar claro o que querem até mesmo para eles mesmo", disse Meirelles.

Segundo Meirelles, quanto maior for a abertura comercial no mundo, maior será a competitividade mundial e menores serão os preços que chegarão ao consumidor final.

Copom

O ministro também disse que o melhor que o titular da Fazenda tem a fazer é não opinar sobre política monetária. A afirmação foi feita ao ser questionado em entrevista à CBN sobre o que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deverá fazer com a taxa de juros básica da economia brasileira no encontro do colegiado nestas terça e Quarta-feira (dias 20 e 21).

Meirelles voltou a dizer que quando foi presidente do BC defendeu que as tentativas de intervenção do então ministro da Fazenda na autarquia não eram produtivas. "Continuo com essa minha opinião", afirmou.

Ao reiterar que a Fazenda não deve interferir no BC, Meirelles se referiu ao ex-ministro Guido Mantega, que durante sua gestão tentou por inúmeras vezes influenciar as decisões da autoridade monetária.

Ainda não há guerra comercial, mas ambiente preocupa, afirma gerente do BID

19/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O gerente do departamento de integração e comércio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Antoni Estevadeordal, afirmou durante evento em São Paulo nesta sexta-feira, 16, que o quadro no comércio internacional sugere certa cautela. Na opinião dele, porém, não se pode falar em uma guerra comercial aberta. "Ainda não é o caso de se falar em guerra comercial, mas obviamente é um ambiente preocupante", avaliou.

Estevadeordal deu a declaração durante apresentação na qual discutia o quadro comercial para a América Latina e o Caribe. A apresentação durante um seminário organizado pela Câmara Espanhola de Comércio ocorre após os EUA anunciarem tarifas à importação de aço e alumínio, que podem gerar um impacto importante em países da região, notadamente o Brasil.

A autoridade do BID também citou outros riscos ao comércio global, como as incertezas trazidas pela saída do Reino Unido da União Europeia, o chamado Brexit, e o episódio da saída dos EUA da Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês). Também disse que acompanha o processo encabeçado pela China da Nova Rota da Seda. Para o BID, há incertezas sobre como será a arquitetura comercial global no futuro.

Nesse quadro, Estevadeordal defendeu que os países da região busquem aprofundar acordos comerciais e citou o caso da Aliança do Pacífico. Na avaliação dele, o principal ganho com essa iniciativa não foi o corte em tarifas, mas sim a livre circulação de insumos, que permite maior dinamismo econômico e ganhos regionais. O dirigente do BID argumentou que um acordo entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul proporcionaria uma circulação ainda maior desses insumos.

Sobre o Brasil, Estevadeordal lembrou que o País tem ainda acordos importantes pendentes. Na região, ele destacou o fato de que o Brasil não possui acordo comercial com o México, que poderia ser um grande parceiro. Ele comentou ainda os casos da América Central e do Caribe, que apesar da proximidade geográfica mantêm trocas comerciais modestas com a América do Sul.

Equipamentos ajudam a evitar acidentes de carro

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Itens de segurança que ajudam a evitar acidentes ou a reduzir o risco de lesões graves já estão disponíveis em modelos compactos.

São equipamentos que vão além dos freios com ABS (sistema que evita o travamento das rodas em frenagens de emergência) e dos airbags frontais, obrigatórios nos carros novos produzidos no país desde 2014.

Nos hatches Ford Ka 1.0 Tecno (R\$ 49 mil) e Fiat Argo 1.3 GSR (R\$ 60 mil), o assistente de partida em rampa evita que o motorista se atrapalhe com os pedais quando está subindo uma ladeira.

O sistema segura o carro por cerca de dois segundos, tempo suficiente para se tirar o pé do freio e colocar o carro em movimento sem forçar a embreagem e evita que o veículo desça sem controle, prevenindo colisões.

Com preço que começa em R\$ 30 mil, o Renault Kwid é equipado com airbags laterais que protegem a cabeça dos ocupantes dos bancos dianteiros. O item também está presente no Volkswagen Polo (a partir de R\$ 50 mil).

As montadoras têm investido em segurança para chamar a atenção de clientes e atender regras que serão elaboradas pelo Contran (Conselho Nacional de Trânsito).

Em novembro, o órgão anunciou que vai atualizar as exigências de proteção contra impactos laterais, o que fará com que as marcas tenham que reforçar a estrutura dos veículos e instalar os airbags adicionais.

Os prazos para cumprimento das futuras regras ainda serão definidos. Além da lei, os resultados obtidos em "crash-tests" têm influenciado na estratégia das fabricantes de veículos.

"Testes mostram que, com algumas exceções, as montadoras são menos exigentes no mercado latino quando se fala de segurança", diz Alejandro Furas, diretor-técnico do Global NCAP (organização que promove "crash-tests").

Governo dos EUA cria requisitos duros para poupar aço de sobretaxa

19/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Recurso de empresas americanas contra barreira começa nesta segunda (19)

O governo americano colocou requisitos mais duros do que esperava o Brasil para poupar o aço e o alumínio importados da barreira levantada pelo presidente Donald Trump.

As regras para o recurso de empresas americanas contra as barreiras ao produto importado foram divulgadas nesta segunda-feira (19) pelo Departamento de Comércio dos EUA.

No último dia 8, o presidente Donald Trump anunciou que o aço e o alumínio importados pagarão sobretaxa de 25% para entrar nos EUA. Foram poupados apenas os produtos fabricados no Canadá e no México.

O Brasil é o segundo maior fornecedor de aço para os EUA e vendeu, no ano passado, US\$ 2,6 bilhões em produtos siderúrgicos aos EUA.

RECURSO

Ao levantar a barreira, Trump comunicou que empresas americanas poderiam recorrer da barreira.

Pelas regras divulgadas nesta segunda, somente as empresas que consomem aço e alumínio em suas atividades poderão recorrer, como empresas de construção civil e indústrias.

Havia a expectativa no Brasil de que outros setores indiretamente afetados, como os produtores de carvão dos EUA, pudessem pedir a retirada do Brasil da barreira de Trump.

O Brasil é o maior consumidor de carvão dos EUA e o produto é usado por siderúrgicas como combustível para a fabricação de aço. Empresários brasileiros esperavam usar a pressão dos carvoeiros a seu favor. Por este caminho, a possibilidade foi fechada.

Pelas regras, o empresário americano que solicitar a exclusão de importados da sobretaxa terá que especificar sua atividade nos EUA e, além disso, terá que justificar que a compra no exterior se deve à produção insuficiente ou de qualidade inferior à de similares americanos.

O pedido deve ser feito produto a produto, e somente o Departamento de Comércio pode avaliar a liberação para importação de uma quantidade superior ao solicitado pelos consumidores.

Cada consumidor deve entregar seu pedido de exclusão. Essa é a janela aberta para recurso das empresas à barreira de Trump.

Em outra frente, mais política, representantes do governo brasileiro tentarão convencer a administração americana de poupar o Brasil da barreira comercial.

O encontro ainda não tem data marcada. Um dos argumentos que serão levados é que os EUA não produzem todo o aço de que precisam, e 80% do produto vendido pelo Brasil é aço semiacabado, que ainda será industrializado nos EUA.

Outros temas de interesse dos americanos, como a entrada do etanol de milho e do trigo no mercado brasileiro, além da parceria entre a Embraer e Boeing serão levados à mesa.

Norsk Hydro diz que mais vazamentos foram encontrados na fábrica de alumina do Brasil

19/03/2018 – Fonte: Reuters

A norueguesa fabricante de alumínio Norsk Hydro informou nesta segunda-feira que autoridades brasileiras descobriram despejos adicionais irregulares em um rio de Barcarena, Pará, de sua produtora de alumina Alunorte.

No mês passado, autoridades brasileiras determinaram que a Alunorte reduzisse sua produção de alumina —a maior do mundo— pela metade após vazamentos durante fortes chuvas, levando a empresa a declarar força maior.

Os despejos adicionais de águas pluviais não tratadas do telhado de um galpão de armazenamento de carvão foram descobertos em uma investigação subsequente por parte das autoridades, afirmou a Hydro, acrescentando que a empresa encontrou um vazamento separado não regulamentado.

“Nós descartamos água de chuva e da superfície da refinaria não tratadas no rio Pará. Isso é completamente inaceitável e contraria o que a Hydro acredita”, disse o presidente-executivo, Svein Richard Brandtzaeg, em um comunicado.

A Hydro pediu na sexta-feira desculpas à população e anunciou o investimento de 500 milhões de coroas norueguesas (64,65 milhões de dólares) em sistemas de tratamento de água para evitar a recorrência dos derramamentos iniciais.

Na segunda-feira, a empresa novamente se desculpou e afirmou que vai expandir a análise em andamento da consultoria ambiental e que a sua própria unidade de auditoria interna vai se envolver.